

Jornal do Psicólogo

ano 26 ■ número 95 ■ novembro/dezembro de 2009 e janeiro de 2010

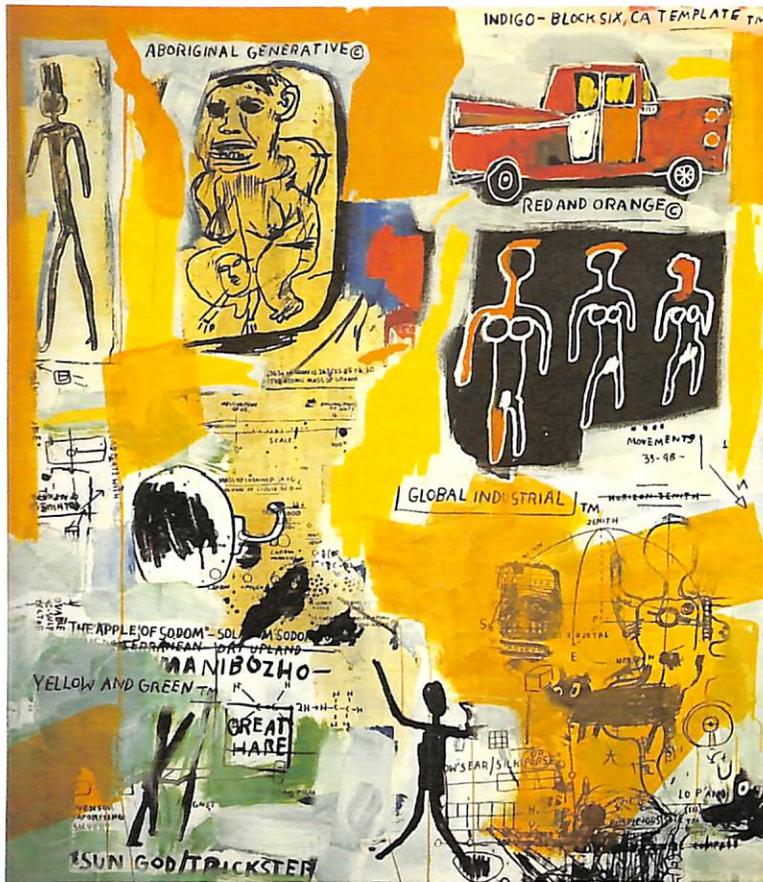


Imagem - Jean-Michel Basquiat - Sem título, 19

IV Psicologia nas Gerais: Maior evento da categoria em Minas estimula debates

Elaborado a partir do eixo 'Ciência, Trabalho e Sociedade' o IV Psicologia nas Gerais reuniu mais de mil pessoas em todo o Estado

AO INVÉS DA PSICOLOGIA DA INTOLERÂNCIA, A PSICOLOGIA DA DIVERSIDADE

Confira o artigo do Prof. Marco Aurélio Máximo Prado, da UFMG. • PÁG. 7.

PSICOLOGIA JURÍDICA

De 30 de setembro a 2 de outubro, evento reuniu mais de 700 participantes de todo o país. Congresso buscou a delimitação da Psicologia Jurídica e foi um marco na interface entre a Psicologia e o Direito. • PÁG. 8.

SEMINÁRIO NACIONAL PSICOLOGIA CRÍTICA DO TRABALHO

Seminário discutiu a importância da categoria trabalho para a Psicologia. • PÁG. 11.

I SEMINÁRIO DE PSICOLOGIA NAS EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Evento foi um sucesso em termos de debate sobre atendimento psicológico nas emergências e desastres. • PÁG. 12.

CRP-MG ENTREVISTA PATRUS ANANIAS

Ministro do Desenvolvimento Social faz conferência no encerramento do I Simpósio Mineiro de Psicologia no SUAS. • PÁG. 16.

EDITORIAL

O ano de 2009 foi marcado por debates, seminários, encontros, congressos, diálogos e ações. A Psicologia brasileira faz história com os 10 anos da resolução de 99, que retirou do rol das patologias a homossexualidade, ou melhor, o direito a viver a diversidade sexual. Os psicólogos agora trabalham com o fato de que a homossexualidade é condição de vida e não algum mal, doença ou perversão a ser corrigida.

Em Minas, apoiamos diversos movimentos sociais com incentivos logísticos, políticos e financeiros: o Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, a Associação dos Usuários de Saúde Mental (ASSUSAM), a Associação Verde Esperança, o movimento LGBTT, as Brigadas Populares, a organização estudantil da psicologia, o movimento pela democratização das comunicações, fóruns e movimentos de direitos humanos, dentre outros. Investimentos conscientes e amplos na reforma psiquiátrica e na luta antimanicomial: 18 de maio em todo o estado, marcha dos usuários à Brasília, acolhimento e tratamento das demandas, com aportes de recursos nunca antes investidos por esta autarquia. Apoio e fomento à organização de psicólogos que, através da possibilidade de participação nos projetos da psicologia, receberam incentivo para a realização de eventos em parceria com a universidade, outros campos científicos e profissionais e da sociedade e às organizações de base popular, que lutam por direitos, dignidade, moradia e liberdade.

Os campos da Psicologia estiveram em evidência. A Psicologia, como ciência e profissão, foi valorizada: a Psicologia Clínica e o campo das Psicoterapias, ano temático das psicoterapias e a ampla discussão com as bases; a Psicologia nas Emergências e Desastres, com eventos, seminários, construções coletivas e diretrizes; a Psicologia Jurídica com a demarcação do campo, realização de eventos, congresso e publicações; a Psicologia na Assistência Social, que contou com a realização do I Simpósio do SUAS, mobilização para aprovação do PL do SUAS; os diversos campos de prática, abordagens e inserções da psicologia no grande evento IV Psicologia nas Gerais, conferências, mesas, atividades culturais, etc., presente em 5% do municípios mineiros, em parceria com as universidades, produzindo referências para a atuação profissional.

Os escritórios setoriais do CRP-MG de Montes Claros, Uberlândia, Governador Valadares, Pouso Alegre e Juiz de Fora ampliaram o alcance da participação e

das ações, estimulando debates e parcerias com a universidade e a sociedade, realizando eventos, seminários, encontros e congressos. O apoio político, operacional e financeiro permitiu um trabalho permanente de orientação e fiscalização do exercício profissional, além da aproximação com a categoria através do diálogo e do aperfeiçoamento democrático do CRP-MG.

As pesquisas são instrumento fundamental para conhecer a realidade da Psicologia e dos psicólogos, seja na produção de referências políticas e técnicas para a psicologia, seja na construção de uma pesquisa inédita sobre as relações e condições de trabalho do profissional psicólogo. O CREPOP, através das pesquisas sobre a atuação do psicólogo nos diversos campos existentes e a parceria com a Fundacentro, na pesquisa com 2000 psicólogos em Minas, apontam para o aprimoramento dos instrumentos de análise e modificação da realidade. Psicólogos, participem das pesquisas! Mostrem a cara, seu fazer e as condições de trabalho na qual se encontram.

O CRP-MG tem realizado ações em conjunto com universidades, entendendo que a formação de qualidade é fundamental para o bom exercício profissional. Uma política de aproximação permanente com as instituições formadoras é muito importante. Uma política de comunicação e publicações de qualidade são mais do que uma obrigação da autarquia: um jornal com conteúdo, portal web, boletim online, livros, anais de eventos, guia para o exercício profissional (entregue nas residências dos psicólogos), cartilhas, materiais gráficos, entre outros, que fazem parte da política do CRP-MG e devem ser constantemente melhorados e multiplicados.

O Conselho deve prosseguir realizando eventos de natureza científica, dando visibilidade aos campos epistemológicos e de atuação, construindo diretrizes para o exercício profissional, fomentando a participação da categoria e da sociedade. A Psicologia de Minas Gerais e do país deve ser posta em evidência, emergir a partir de eventos diversos que incluam a participação dos psicólogos, estudantes e interessados. Temos que promover diálogos permanentes com a categoria, a universidade e a sociedade. Promover os campos da Psicologia de forma constante: saúde mental, formação, hospitalar, organizacional e trabalho, assistência social, ambiental, clínica, trânsito, jurídica, emergências e desastres, dentre outros. Podemos e devemos cuidar mais e melhor da psicologia como ciência e profissão, ampliando os diálogos com a categoria e com a sociedade.

O CRP-MG instiga o Sistema Conselhos de Psicologia do país, o CFP e todos os regionais a aceitarem que as condições e as relações de trabalho do psicólogo devem ser objeto de nossa atenção e ocupação. Não podemos mais aceitar as fragilidades colocadas para a Psicologia no tocante à sua capacidade de transformação. A precarização e a desvalorização da psicologia e dos psicólogos nos impõem o imperativo de defender o bom exercício profissional. Não podemos nos omitir ao descaso do Sindicato de Psicólogos de MG que não faz eleições, não presta contas e não cumpre seu papel de ofício. A representação das demandas legítimas da categoria como queixa e demanda "vazia" não pode mais ser aceita. Queremos mudanças que passem pela gestão transparente da coisa pública, sejam nos sindicatos de psicologia, nos conselhos regionais de psicologia, no Conselho Federal de Psicologia e demais entidades da psicologia brasileira.

O ano de 2010 exige nossa participação. Teremos eventos preparatórios, pré-congressos e o congresso de psicologia de Minas Gerais, o COREP; em junho, teremos o Congresso Nacional de Psicologia; em agosto, eleições para os conselhos regionais e Federal de Psicologia.

Acreditamos na promoção da Psicologia como uma ciência e uma profissão marcada por nosso compromisso social. Lutamos pela inclusão da categoria no foco de atuação política do sistema conselhos de psicologia. Precisamos cuidar melhor da profissão, de nossa ciência e das condições e relações de trabalho do profissional psicólogo.

Ao longo de 2009, acolhemos e escutamos críticas, sugestões e elogios à gestão do CRP-MG. Podemos avançar mais no aperfeiçoamento democrático do conselho, nos diálogos com o Estado, a universidade e a sociedade, na construção de um projeto que seja de fato ético e político - um projeto coletivo para a profissão.

A caminhada exige honestidade, transparência, respeito e persistência. Apostar na Psicologia e nos psicólogos é trabalhar pela formação de qualidade e pelas boas condições para o exercício profissional.

Acompanhe nesta edição do JP o comunicado do CRP-MG à categoria e um folder com a programação do VII COREP - Congresso Regional da Psicologia: eventos preparatórios, pré-congressos e o congresso. Participe e construa as diretrizes políticas para a Psicologia! Um ótimo e próspero ano novo para os psicólogos e psicólogas de Minas Gerais.

SEU CONSELHO

No dia 25 de setembro, na sede do Conselho Regional de Psicologia – 4ª Região (MG), realizou-se a Assembléia Geral dos Psicólogos. Na ocasião, foram apresentadas as principais realizações da Gestão do XII Plenário no período de 2008/2009, informes sobre a execução Orçamentária e Financeira até o mês de agosto/2009, bem como as projeções de Receita, Despesa e Superávit de 2009.

Os psicólogos presentes analisaram as propostas de reajustes para os valores das anuidades de Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas e demais taxas, e, em seguida, a Proposta Orçamentária para o Exercício 2010. Foram prestados à Assembleia os esclarecimentos da política do XII Plenário em manter o percentual de reajuste das anuidades em apenas 01 (um) dígito. Após as apresentações e esclarecimentos de dúvidas foi aprovado um reajuste de 8% para as anuidades no ano de 2010. A Tabela com os valores está disponível no site do CRP-04.

Psicólogos: participem anualmente da Assembléia Geral, pois é este o momento em que a categoria tem a oportunidade de acompanhar, discutir e sugerir mudanças para os profissionais.

TABELA DE VALORES - ANUIDADES 2010 - PESSOA FÍSICA E PESSOA JURÍDICA

PESSOA FÍSICA 2010	
Valor Anuidade	R\$ 326,19
Fundo de Seção	R\$ 3,88
Total	R\$ 330,07
Integral até 29/01/2010 (desconto de R\$ 32,62)	R\$ 297,45
Integral até 26/02/2010 (desconto de R\$ 16,31)	R\$ 313,76
Integral até 31/03/2010 (sem desconto)	R\$ 330,07

PESSOA JURÍDICA 2010	
Valor Anuidade	R\$ 441,57
Fundo de Seção	R\$ 3,88
Total	R\$ 445,45
Integral até 29/01/2010 (desconto de R\$ 44,16)	R\$ 401,29
Integral até 26/02/2010 (desconto de R\$ 22,08)	R\$ 423,37
Integral até 31/03/2010 (sem desconto)	R\$ 445,45

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS (CRP-MG)

SEDE

R. Timbiras, 1532, 6º andar • Lourdes
CEP: 30140-061 • Belo Horizonte/MG
Telefax: (31) 2138.6767
E-mail: crp04@crp04.org.br
www.crp04.org.br

ESCRITÓRIOS SETORIAIS

Triângulo Mineiro • Uberlândia
Telefone: (34) 3235.6765
E-mail: uberlandia@crp04.org.br

Região Sudeste • Juiz de Fora
Telefone: (32) 3215.9014
E-mail: sudeste@crp04.org.br

Sul de Minas • Pouso Alegre
Telefone: (35) 3423.8382
E-mail: sul@crp04.org.br

Norte de Minas • Montes Claros
Telefone: (38) 3221.7720

Leste de Minas • Governador
Valadares
Telefone: (33) 3225.0475

JORNAL DO PSICÓLOGO

Informativo do Conselho Regional de
Psicologia Minas Gerais (CRP-MG)

Diretoria:

Conselheiro-presidente:
Rogério de Oliveira Silva
Conselheiro vice-presidente:
Rodrigo Törres Oliveira
Conselheiro-tesoureiro:
Alexandre Rocha Araújo
Conselheira-secretária:
Georgina Maria Veras Motta

Conselheiros:

Adilson Rodrigues Coelho
Ana Clarice Augusto
Ana Paula Reis
Ângela Maria Guimarães Oliveira
Anselmo Duarte
Clerison Stelvio Garcia
Diana Ferreira
Dinacarla Gonzaga Piermatei
Elaine Maria do Carmo Zanolla
Fuad Kyrillos Neto
Hélcia Maria da Silva Veriato
Isabela Tannus Grama
Jacira Siqueira Coelho
João Carlos Vale
Julliana de Paula Medeiros

Keila Pires Amaro
Lourdes Aparecida Machado
Marcelo Arinos Drummond Junior
Maria Mercedes Merry Brito
Rejane Silveira Mendes
Rodrigo Dubtchek Figueiredo
Sebastião Carlos Generoso
Simone Monteiro Ribeiro
Walkyria Sales

Edição Gráfica:

Gíria Design e Comunicação
Telefax: (31) 3222.1829
contato@giria.com.br

Jornalista Responsável:

Gustavo Machala - MG 11780

Redação do Encarte:

Fumaça Corp
Relações Públicas:
Nathalia Monteiro • CRPRP 3º
Região - 2154

Comissão Editorial:

Rodrigo Torres Oliveira
Julliana de Paula Medeiros
Estagiários:
Lucas Morais (Jornalismo)
Amanda Cerqueira (Relações
Públicas)
comunica2@crp04.org.br

Tiragem: 22 mil exemplares

COF

DIVULGAÇÃO NO CRP-MG

O Conselho Regional de Psicologia de MG expediu em 2007 a Resolução CRP-MG nº. 07/2007, que dispõe sobre os critérios para informações sobre psicólogos e pessoas jurídicas inscritos e para o fornecimento de mala direta, divulgação nos correios eletrônicos, boletim online, site e mural do CRP-MG.

Esta resolução evidencia o zelo deste Conselho em resguardar as informações relativas aos profissionais e pessoas jurídicas inscritos e o empenho em veicular informações que contribuam para o desenvolvimento da Psicologia, enquanto ciência e profissão, o que se desdobra no aprimoramento do profissional psicólogo, e também outras informações que sejam de interesse da categoria.

Dessa forma, todo material a ser enviado ao CRP-MG para divulgação necessita estar em conformidade com a supracitada resolução e com o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Portanto, dentre os critérios, ressalta-se a obrigatoriedade de constar no material a ser divulgado os dados referentes a(o)s psicólogo(a)s palestrantes/coordenadores segundo o formato previsto pelo art. 20 do Código de Ética: *"O psicólogo, ao promover publicamente seus serviços, por quaisquer meios, individual ou coletivamente:"* alínea "a) informará o seu nome completo, o CRP e seu número de registro".

Vale ressaltar que o psicólogo, ao mencionar seu nº. de CRP em material a ser divulgado, além de cumprir o previsto no Código de Ética e Resolução do CRP-MG nº. 07/2007, valoriza a profissão do psicólogo e possibilita à sociedade certificar que é profissional habilitado e que seu trabalho está sujeito às diretrizes de seu Conselho de Profissão.

Drogas, Subjetividade e Cidadania: sobre a cidadania dos usuários de drogas não-legais

Gustavo Alvarenga Oliveira Santos: Mestre em Psicologia Clínica/PUCCAMP.
Psicoterapeuta e Professor de Abordagem Humanista-Existencial/UNIPAC.

Desde a década de 70, alguns estudiosos das Ciências Sociais, entre eles Alba Zaluar, Gilberto Velho, Antonio Paixão, vêm discutindo os efeitos danosos que as sociedades ocidentais enfrentam em função da criminalização de algumas substâncias psicoativas. A guerra contra as drogas, que aflige as classes mais pobres da população brasileira, é o efeito mais visível. Segundo dados não oficiais, colhidos na Vara da Infância de Contagem, nos últimos dez anos houve um crescimento de mais de 400% no envolvimento de adolescentes em crimes relacionados à venda ilegal de substâncias psicoativas. Não é novidade o alto índice de mortalidade desses jovens na guerra contra o narcotráfico. Por outro lado, furtos e assaltos deixaram de ser a forma preponderante de criminalidade praticada por eles. Isso cria um quadro perverso no qual os jovens se eliminam e não afligem as classes médias, mera consumidora das substâncias que vendem.

As políticas sobre o uso de drogas não-legais parecem se enviesar de dois modos. No primeiro, a velha mensagem: drogas matam, viciam e destroem, além do que, os usuários são os verdadeiros financiadores da guerra ao narcotráfico, que vitimam tantas pessoas. O segundo, que aos poucos vem ganhando corpo, reconhece que o uso de algumas substâncias psicoativas é histórico e deve ser tratado como *problema de saúde pública* e não criminal. O tratamento via redução de danos e a descriminalização da maconha, por exemplo, têm sido apontadas como medidas que urgem no momento atual.

A Psicologia ainda não se posicionou de forma clara e consensual a esse respeito. Embora o tratamento ao uso indevido de algumas drogas interroga as áreas psi como algo que se insere no campo da saúde, o psicólogo é convocado muitas vezes a trabalhar em instituições que concebem o uso de drogas não-legais como algo a ser combatido do ponto de vista moral e religioso. Se, de um lado, o da saúde, o uso de drogas pode ser visto, segundo os critérios dos diagnósticos do CID-10, como consequência de transtornos do comportamento, por outro, no aporte moral e criminal, aponta para um desvio de conduta que fere os princípios da moral burguesa e financia a guerra ao tráfico.

Deter sobre um desses pontos, acredito, é alienar-se naquilo que especificamente a psicologia pode oferecer como ponto de reflexão. O uso de drogas, das legais às não legais, é uma forma de subjetivação que se inscreve na cultura humana. A forma como determinadas drogas foram combatidas, do ponto de vista legal e moral, tem um fundo muito mais político e ideológico do que de saúde pública. A maconha foi criminalizada na década de 30, nos Estados Unidos, por terem associado o seu uso aos imigrantes mexicanos que eram vistos como ameaça à moral norte-americana. Vários desses foram presos, e esse preconceito continua até hoje, em nome de um controle étnico e moral. Sabe-se que a maior parte dos "traficantes" detidos não oferece nenhuma periculosidade do ponto de vista civil. São pessoas que não portam armas e não tiveram envolvimento em outros "crimes".

O uso de drogas é parte da cultura humana, assim como a religião e os ritos sociais, é um modo como um ser particular se expressa ou se subjetiva em relação aos outros de sua espécie. A tese liberal de que o usuário é responsável pelos crimes cometidos em nome das "drogas", cai por terra, pois é a proibição – e não o consumo – que fomenta a interminável guerra do Estado aos narcotraficantes. Foucault diz o seguinte: "as drogas são parte de nossa cultura. Da mesma forma que não podemos dizer que somos contra a música não podemos dizer que somos contra as drogas."¹

Dessa forma, não se trata apenas de um problema de saúde pública, não querendo, com isso, negar que existam drogas legais e não-legais que causam dependência química e pessoas que devem ser tratadas. Por outro lado, os chamados transtornos relativos ao uso de drogas são, em sua maioria, co-morbidades que estão ligadas a transtornos de personalidade e humor.

Tampouco podemos admitir a tese do desvio de conduta acarretado pelo uso de drogas não-legais, pensando que esse causaria problemas de ordem social que o Estado não teria como controlar. Esses problemas são visíveis e envolvem tanto as drogas legais como as não-legais. No entanto, o Estado tem se mostrado cada vez mais eficaz em controlar o abuso das drogas legais e os transtornos sociais que possam vir a acarretar. Políticas de controle e discriminação de seu uso a determinados espaços é o exemplo mais claro, vide a proibição da associação entre o álcool e a condução de veículos e o uso de tabaco em espaços fechados. Tal eficácia se perde quando, para o tratamento e o controle, tem que se cruzar a fronteira da criminalização.

O uso indevido ou indiscriminado do crack, maconha e cocaína, principais drogas ilegais consumidas no Brasil, é de difícil controle e tratamento. A associação com o crime torna o diagnóstico sujeito a riscos e problemas advindos do envolvimento do usuário com a guerra aos narcotraficantes. O que se vê, na prática, é que o uso dessas drogas tornou-se pretexto para detenção e extermínio dos mais pobres, enquanto, para a classe média, aplicam-se apenas medidas compulsórias de tratamento e a prestação de serviços comunitários como forma de repressão.

A Psicologia não pode ficar a par dessa discussão sem um posicionamento claro a favor de uma política gradativa de descriminalização e legalização, além de travar uma luta no sentido de garantir o direito à cidadania para o usuário das drogas ilegais. A discussão sobre isso está de tal forma recalçada pelos mecanismos de controle social que até movimentos que buscam discutir essa questão foram impedidos de se manifestar pelos Ministérios Públicos do Rio e de São Paulo, tal como foi o caso da "Marcha da Maconha" de 2008. A psicologia, na condição de principal ciência que lida diretamente com o atendimento ao sujeito envolvido com o uso de drogas não-legais, deve fazer frente a esses atentados, em defesa da singularidade e da cidadania e, portanto, do compromisso social.

ÉTICA

A Comissão de Ética (COE) é um órgão de assessoramento ao Plenário e à Diretoria do CRP, para aplicação do Código de Ética Profissional dos Psicólogos (Resolução CFP N.º 010/2005) e do Código de Processamento Disciplinar (CPD) (Resolução CFP N.º 006/07), bem como estudo e desenvolvimento de programas relativos à ética profissional.

A COE recebe e conduz as representações e os processos éticos, baseando-se no Código de Ética e nas Resoluções do Conselho Federal de Psicologia.

De acordo com o levantamento realizado até Novembro de 2009, a COE recebeu 22 representações apresentando os seguintes dados:

Procedimento Disciplinar Ético Fase Preliminar e Processo Ético

- Laudo psicológico – 6
- Encaminhamento – 2
- Aplicação de testes – 2
- Convivência com maus tratos – 2
- Suspeita de abuso Sexual (setting terapêutico) – 2
- Avaliação psicológica para concurso público – 2
- Quebra de sigilo – 1
- Atendimento a terceiro com vínculo com a pessoa atendida – 1
- Acesso ao prontuário – 1
- Utilização de atribuições de outra categoria - 1
- Manejo inadequado da relação terapêutica – 1
- Condução de processo judicial - 1

Dentre as representações recebidas, algumas foram analisadas improcedentes.

O intuito deste levantamento é dar visibilidade sobre as queixas que chegam à Comissão de Ética, buscando, desta forma, promover o caráter preventivo em relação à atuação do psicólogo e seus desdobramentos na sociedade.

¹ Michel Foucault: uma entrevista em Verve. São Paulo. Nu-Sol v.5. 2004 p.264-65

O mal-estar na escola e o campo da saúde mental

Giselle Campos Freitas Amorim: Psicóloga, Especialista em Saúde Mental pela ESP-MG (Escola de Saúde Pública de Minas Gerais), Técnica da Coordenação de Saúde Mental da SMSA (Secretaria Municipal de Saúde) de Belo Horizonte.

Abordarei o tema a partir da perspectiva da Saúde Mental, por ser o campo em que minha prática se insere e, principalmente, por acreditar na nossa responsabilidade em buscar possíveis soluções para o mal-estar na escola, evitando assim a exclusão como resposta.

Em outros tempos, os impasses das crianças e adolescentes na escola eram percebidos como desordem no plano social, algo que fugia da norma e era retificado através da própria educação, do ajuste à ordem, à moral e à disciplina. Posteriormente, a solução para esses impasses passou a ser o encaminhamento para a Saúde Mental. Os impasses passaram a ser nomeados, classificados (distúrbios de conduta, hiperatividade, déficit de atenção etc.) e, como consequência, produzem-se a patologização, a medicalização e psicologização de problemas de toda ordem. Busca-se no especialista uma intervenção que conserte a “criança-problema” e a adapte à norma, às expectativas da criança ideal e do aluno ideal, que não existem. Os encaminhamentos para a Saúde Mental são numerosos, algumas vezes não implicados. Desconsideram, em muitos casos, as respostas singulares do sujeito frente aos seus próprios impasses, a sua história. Este quadro produziu, e ainda produz, como consequência, a exclusão. Até pouco tempo atrás era mais grave. Além da nomeação que possibilitava uma identificação ao déficit, ocorria a exclusão real da escola, sendo o destino alguma clínica ou escola especial. Hoje, a Educação, assim como a Saúde Mental, trabalha com uma política de inclusão, tentando fazer caber a diferença na escola regular. Todavia, o mal-estar traz sempre um empuxo à exclusão e a própria nomeação e encaminhamento para a Saúde Mental já porta esta marca, este traço para o sujeito.

Nossa responsabilidade em intervir neste campo é grande. Não podemos nos engendrar numa prática que perpetue este cenário. Além da intervenção clínica com estes sujeitos, qual é o nosso papel e que alternativas a Prefeitura de Belo Horizonte vem construindo interseccionalmente?

Os Fóruns Regionais de Atenção à Criança e ao Adolescente começaram a se articular, em 1991, como uma primeira tentativa para tratar o mal-estar na escola. São espaços regionais, intersetoriais, que possibilitam a interlocução de diversos campos e saberes: Saúde, Educação, Assistência Social, dentre outros, para tratar os impasses relativos à criança e ao adolescente. Reúnem-se mensalmente para discussão de casos, de temas, programas, políticas, e são fundamentais por possibilitar uma articulação interseccional.

O Arte da Saúde – Ateliê de Cidadania iniciou-se há 15 anos, na regional Leste de Belo Horizonte, e também surgiu como resposta possível à questão do mal-estar na escola e da imensa demanda para a Saúde Mental. Busca, sobretudo, interromper o fluxo que leva do fracasso escolar à patologização, oferecendo outras possibilidades, ligadas à arte, à cultura, à cidadania, criando um espaço de participação social e protagonismo infanto-juvenil. Através de oficinas de arte e artesanato que acontecem em espaços da comunidade, hoje ampliadas para toda a cidade com cinco núcleos por regional, revelam-se talentos e aptidões e delineiam-se projetos individuais que incluem a subjetividade e a cidadania.

Um projeto de pesquisa-intervenção na interface Saúde Mental/Educação é desenvolvido pelo NIPSE/FAE/UFMG (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Psicanálise e Educação): “Abordagem Clínica e Psicológica de Sintomas Nomeados, na Escola, como Dificuldade de Aprendizagem e Distúrbios de Comportamento”.¹ Partindo de um levantamento inicial realizado em 33 escolas municipais, buscou-se categorizar os principais problemas que interferem no processo de ensino-aprendizagem, organizados em três grupos: 1. “Crianças-problema” (dificuldade de aprendizagem e comportamento); 2. Alto índice de violência e 3. Questões ligada à sexualidade. A partir da leitura dos sintomas da instituição escolar, as propostas de intervenção foram: 1. Realização de conversação² com os professores para a abordagem do mal-estar docente; 2. Aplicação do diagnóstico clínico-pedagógico para depurar a demanda, separando o que é clínico do que é pedagógico; 3. Realização de entrevistas clínicas com os alunos considerados “crianças-problema” e 4. Proposição de novas intervenções para solução dos problemas identificados, dentre as quais orientação profissional para jovens, uso de jogos teatrais para alfabetização, sessões de conversação com turmas de alunos e trabalho com familiares. A distinção na esfera do fracasso escolar entre o que é clínico e o que é pedagógico repercute na redução dos encaminhamentos para a Saúde Mental. A contribuição da Psicanálise para o mal-estar na educação parte da inclusão da particularidade do sujeito, sua subjetividade na avaliação da dificuldade, evitando-se assim a exclusão.

O Programa Saúde na Escola – PSE, criado através do Decreto Presidencial Nº 6.286, de dezembro de 2007, é uma proposta de integração entre os Ministérios da Saúde e Educação para ampliar as ações de saúde em benefício dos alunos das redes públicas de ensino. Em Belo Horizonte, foi implantado, em 2008, em 9

Escolas Municipais; e em 2009, ampliado para 36. Os componentes principais do PSE são: Avaliação das Condições de Saúde; Promoção da Saúde; Monitoramento e avaliação da saúde dos escolares; Capacitação dos profissionais da Educação, da Saúde e de jovens. O PSE tem como objetivos principais: articular as ações do Sistema Único de Saúde-SUS em consonância com as ações das redes públicas de educação; promover a comunicação entre as escolas e unidades de saúde, facilitando o fluxo de demandas, discussão e o encaminhamento adequado de casos; fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar; promover a saúde e a cultura da paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde e fortalecendo a relação entre as redes públicas de Saúde e de Educação.

O PSE potencializa os espaços de discussão e articulação intersetoriais já citados, bem como os programas já existentes de promoção da saúde e do enfrentamento da violência. Os coordenadores do Arte da Saúde participam dos planos de ação locais, junto com a Educação, bem como dos Fóruns de Atenção à Criança e ao Adolescente. O NIPSE desenvolve sua pesquisa-intervenção em escolas do PSE e nosso grupo de trabalho³ tem se empenhado em buscar alternativas para tratar o mal-estar, que, afinal, é de todos nós. Alternativas estas que não tenham, no horizonte, a exclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MIRANDA, M.P. e SANTIAGO, A. L. Yuri, uma Criança – problema”? Uma interface entre a saúde mental e a educação. In: *Política de Saúde Mental de Belo Horizonte: o cotidiano de uma utopia*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2008, p.75-83.
- SANTIAGO, Ana Lydia. Entre a Saúde Mental e a Educação: abordagem clínica e pedagógica de sintomas nomeados, na escola, como dificuldades de aprendizagem e distúrbios de comportamento. In: *Sirimim* - Publicação Periódica da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte/ Coordenação de Saúde Mental. Belo Horizonte, novembro/2008 a maio /2009, Ano VIII, no. 1, p.4.
- TEIXEIRA, Rosalina Martins. Projeto Arte da Saúde: Ateliê de Cidadania. In: *Política de Saúde Mental de Belo Horizonte: o cotidiano de uma utopia*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2008, p.177-181. http://dtr2004.saude.gov.br/dab/programa_saude_na_escola.php, acesso em 10/08/2009.

¹ Projeto coordenado por Ana Lydia Santiago. Psicanalista da Escola Brasileira de Psicanálise e Professora da Pós-Graduação da Faculdade de Educação/UFMG, que teve início no final de 2007.

² A conversação é uma prática que consiste em falar livremente dos problemas e cujo ponto de partida é o que não vai bem. Busca-se passar da queixa a uma questão, e desta, a uma resposta, à produção de algo novo.

³ Participo, desde fevereiro/2009, do Grupo de Trabalho Intersetorial Saúde e Educação, do PSE em Belo Horizonte, com outros representantes da Secretaria Municipal de Saúde e representantes da Secretaria Municipal de Educação.



FORMAÇÃO

Qualidade no Ensino

Resolução regulamenta o registro de especialistas, mas levanta críticas quanto a estratégias contra a precarização do trabalho do psicólogo.

O CRP-MG pautou na Assembléia de Políticas e Finanças (APAF) de dezembro de 2009 a questão da formação superior. O momento atual é propício para o CRP-MG ter uma atuação mais próxima do Ministério da Educação, particularmente, a Secretaria de Educação Superior (SESU). Até pouco tempo atrás, os conselhos profissionais procuravam se comprometer com essa temática e, havia um entendimento geral visto em diversos pareceres por parte do Conselho Nacional de Educação, de que esses conselhos profissionais não tinham legitimidade jurídica para apreciar a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação. De fato, o órgão que autoriza e avalia a qualidade de cursos de formação profissional é o Ministério da Educação. Os conselhos de classe são autarquias vinculadas ao Ministério do Trabalho. O CRP-MG entende claramente a questão do ponto de vista jurídico. Porém, consideramos que os conselhos profissionais e o Ministério da Educação podem ter áreas de confluência de interesses do ponto de vista da qualidade da formação, já que esta repercute diretamente no exercício profissional em seus aspectos técnico e ético.

Assim, essa colaboração que se dá no seu aspecto político e não jurídico tem sido entendida pelo próprio Ministério da Educação que convidou o Sistema Conselhos para um trabalho conjunto de autorização e reconhecimento de cursos de graduação. Convite esse extremamente importante, parceria entre conselho profissional e MEC, pela qualidade da formação em Psicologia, após um lapso temporal em que o Sistema Conselhos delegou a outras entidades, uma pretensa legitimidade para a discussão com os demais interlocutores (MEC, Universidades) com relação a essa temática.

O CRP-MG tem visto que essa delegação para outrem, que não o próprio conselho, da discussão das questões pertinentes à formação tem mostrado resultados insatisfatórios, com ações ineficazes no sentido de abordar grandes problemáticas da formação na atualidade, a saber: massificação do ensino de psicologia, desmantelamento das instituições formadoras públicas, implementação da educação à distância no processo inicial de formação, precarização do trabalho do professor-psicólogo.

Enfim, com essa abertura ao diálogo, o CRP-MG tem uma oportunidade única de pensarmos junto com as instituições de ensino superior (IES), movimentos estudantis e entidades de ensino e pesquisa de psi-

ciologia o que é excelência em formação em psicologia. O CRP-MG tem visto com preocupação, o crescimento exponencial do número de cursos com qualidade mínima, avaliados a partir dos parâmetros estabelecidos pelo MEC, bem como a redução da produção científica em matéria de psicologia e consequente diminuição no número de revistas de divulgação do conhecimento científico no Brasil. Em Minas Gerais, o CRP-MG tem verificado um número insuficiente de revistas científicas em psicologia. Isso é grave, pois embora não haja uma identidade entre produção científica e publicação, é internacionalmente aceito que a qualidade da produção científica de uma determinada área e seu impacto na comunidade acadêmica é medida pelo volume de artigos publicados em periódicos indexados em bases de dados de prestígio e o número de citações que recebem, registrados nesses mesmos veículos.

E por que a ausência desse chamado rigor científico, permeando as atividades de ensino nas instituições formadoras,

é preocupante? A Constituição Brasileira, no artigo 207º, dispõe que "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". Assim, a pesquisa científica é uma das três funções básicas de uma formação universitária, juntamente com o ensino e a extensão, devendo ter por parte das instituições de ensino superior, tratamento igualitário. Dessa forma, um ensino de qualidade pressupõe ser alimentado por pesquisa e por extensão. A pesquisa e sua consequente consistente fundamentação teórica é que norteará uma prática profissional fundamentada epistemologicamente e não orientada pelo tecnicismo.

Esse é um momento histórico para a formação em Psicologia, para que juntos, entidades de ensino superior e pesquisa, movimentos estudantis e Sistema Conselhos possam discutir critérios para uma formação em psicologia qualificada.

NOTA DE FALECIMENTO: WULMAR DOS SANTOS BASTOS JÚNIOR

Faleceu, dia 15 de dezembro de 2009, o psicólogo Wulmar dos Santos Bastos Júnior. Wulmar era graduado em Psicologia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Sócio-Gerente do Centro de Estudos Pesquisas e Atendimento Sobre o Abuso de Drogas Ltda, Representante das ONGs AIDS da Região Sudeste na Comissão de Articulação de Movimentos Sociais (CAMS) do Ministério da Saúde. Atuante há muitos anos em Juiz de Fora, era o representante da Associação Brasileira de Redutores de Danos em Minas Gerais e trabalhava na Associação Casa Viva, onde é instalado o Centro de Convivência Entre Nós. Em março de 2009 colaborou e participou do projeto do CRP-MG em uma vídeo-conferência chamada "Redução de Danos como estratégia na abordagem do uso abusivo de álcool e outras drogas", evento realizado pela parceria do CRP-MG e da SESMG/Saúde Mental.

Humanista incansável, Wulmar se destacou pelo seu trabalho no Centro de Convivência Entre Nós, organização que tem como objetivo atender usuários de drogas e toda a rede de interação social dessas pessoas. O centro de convivência foi fundado em Juiz de Fora, em 1998. Wulmar expressou recentemente que "Há 15 anos, quando comecei com esse tipo de trabalho, esperava um ambiente hostil, porque a lida é diretamente com o tráfico de drogas. Porém, o que vi foi outra coisa: pessoas se mobilizando por uma causa comum, saindo do isolamento. Esse retorno não tem salário que pague." E acrescentou que "Também seríamos excludentes se nos focássemos somente nos usuários. Aqui, temos a ajuda de todos, há as pessoas que cuidam da horta, ajudam quando temos um problema com a casa, por exemplo."



Direito à sexualidade é direito à vida e à diversidade

Em dezembro de 2008, o Conselho Federal de Psicologia constituiu um Grupo de Trabalho Nacional sobre Diversidade Sexual, visando à promoção de debates e ações relativas a essa temática, entre elas, marcar os 10 anos da Resolução CFP 01/1999 e discutir o processo transexualizador regulamentado pelo SUS em agosto de 2008.

A Resolução CFP 01/1999 que “estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual” apresenta importantes direcionamentos ao afirmar que a homossexualidade não constitui doença ou distúrbio, sendo, portanto, vedados aos profissionais a oferta de serviços que proponham tratamento ou cura nesse sentido, bem como pronunciamentos públicos que reforcem atos de preconceito, como fica claro no artigo 1º: “Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão, notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade.” Neste sentido, o artigo 3º expressa que “os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.”

Diante de uma organização social que mantém modelos normatizantes e hierárquicos, que patologiza as diferenças e minorias, é fundamental que a Psicologia não reproduza essa “ordem” ao ocupar certos lugares e produzir determinados saberes. Nessa perspectiva, a contribuição da Psicologia deve ser outra. Ela deve problematizar os padrões, invertendo as lógicas, denunciando as diversas formas de violência e promovendo a cidadania, independentemente da tentativa forçosa e autoritária de naturalização dos valores sociais vigentes por parte das diversas instituições existentes, oficiais ou não, fato este que é tão corrente em nossa sociedade.

Num percurso ainda breve, o CRP-MG espera que, cada vez mais, esse documento se torne de conhecimento público, ampliando seu impacto para além de um dispositivo técnico e ético profissional, colocando-se também, como instrumento de controle social, tornando-se referência para as práticas profissionais para além da Psicologia.

Conquista recente no âmbito da saúde pública, o processo transexualizador regulamentado pelo Ministério da Saúde

através das Portarias 1.707 e 457, reconhece a orientação sexual e a identidade de gênero como fatores determinantes da condição de saúde, garantindo aos transexuais a possibilidade de realizar tratamento hormonal e procedimento cirúrgico para adequação do fenótipo biológico à identidade de gênero. Previsto nesse processo, o acompanhamento terapêutico de transexuais inclui as dimensões psíquica, social e biológica, devendo ser mantido sob a forma de atenção continuada e permanente. Até o momento, a legislação contempla a cirurgia para os casos de transexualidade feminina, ou seja, pessoas que nasceram com órgãos sexuais masculinos e se identificam como mulheres.

Tal experiência subjetiva e também social não se dá sem repercussões. Impelidos a se vestir, se comportar e, até, se identificar de formas pelas quais não se reconhecem, os transexuais vivenciam situações cotidianas que são fatores diretamente causadores de constrangimentos e sofrimento psíquico. Consequências desse cenário vão desde a restrição do convívio social, passando pela procura de intervenções imediatistas e inseguras, chegando até ao suicídio.

Segundo a psicóloga e conselheira Dinacarla Gonzaga Piermatei “cabe à Psicologia se posicionar novamente, não se ausentando da participação em uma questão política de tamanha importância, mas questionando, também aqui, seu lugar-diagnóstico, apontando que a transexualidade, assim como a homossexualidade, é mais uma dentre outras tantas formas de viver a se-

xualidade livremente.

O CRP-MG tem discutido, através do evento Diálogos no Conselho, diversas questões imbricadas na questão da diversidade sexual, como proposto pelo Grupo de Trabalho de Diversidade Sexual do Sistema Conselhos. Em julho de 2008, foi feita a discussão em torno das “Contribuições da Psicologia no enfrentamento à homofobia: responsabilização, diversidade e novas formas de ser família”; em agosto de 2008, sobre a “Diversidade sexual e reconhecimento social: direitos, educação e cidadania”; em dezembro 2008, sobre “A quem serve a exclusão? Urgências para a superação dos modelos de segregação - eixo. Violência contra as diversidades”; em maio de 2009 sobre a “Homofobia: sociedade, diversidade e preconceito”; em julho de 2009, sobre os “10 anos da Resolução CFP 01/99: e a Psicologia, como vai?”; em agosto de 2009 sobre a “Psicologia e Diversidade Sexual: legislação e políticas públicas”; em 15 de dezembro de 2009, sobre os “Transexuais: Direitos em debate”. Participe destas discussões e construa, junto conosco, a luta política pela emancipação da diversidade sexual.

Ainda segundo a conselheira, “a Psicologia deve ocupar uma posição aberta, crítica e construtiva, livre de preconceitos ou prejuízos, em conformidade com as lutas políticas das minorias e, sobretudo, conforme o compromisso social que deve orientar a Psicologia enquanto ciência e profissão.

Vislumbra-se o dia em que as pessoas serão reconhecidas todas e simplesmente como humanas...



Anyky Lima (esq.), Roberto Chateaubriand, André Versiani, Walkiria La Roche

I Congresso de Psicologia Jurídica reúne mais de 700 participantes

Evento foi um marco na interface entre a Psicologia e o Direito

De 30 de setembro a 2 de outubro, foi realizado, na Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, o I Congresso de Psicologia Jurídica. Organizado pelo CRP-MG, com o apoio do CRP-RJ, CRP-ES, UFMG, PUC Minas, IBDFAM, CAAP, dentre outros, o evento reuniu mais de 700 participantes.

Considerado um marco no Campo da Psicologia Jurídica em Minas e no Brasil, o Congresso buscou a demarcação da Psicologia Jurídica a partir de pressupostos éticos, teóricos e políticos.

O destaque ficou por conta da abertura à participação da categoria de psicólogos e da sociedade. Foram mais de 80 trabalhos inscritos, 38 dos quais selecionados para apresentação e publicação nos Anais do Congresso.

Segundo Rodrigo Tôres Oliveira, vice-presidente do CRP-MG e um dos organizadores do evento, "o congresso foi um marco fundamental para a definição do campo da Psicologia Jurídica, uma interface com o Direito, e de suas respectivas grandes áreas". "Buscou-se a ampla participação da categoria, dos estudantes, de outros profissionais e da sociedade civil. Para tanto, a abertura para apresentação de trabalhos foi fundamental. Os psicólogos e a sociedade devem ser incluídos nos eventos de natureza científica promovidos pelos conselhos regionais e pelo Conselho Federal de Psicologia. Esta necessidade é mais do que fundamental, posto que simplesmente seguimos a orientação de nossa legislação que afirma que os conselhos de Psicologia devem realizar eventos que promovam a Psicologia como Ciência e Profissão. Apostamos numa mudança urgente de rota, em que a Psicologia, seus campos epistemológicos e práticos, seja promotora de grandes eventos, congressos, seminários, simpósios, encontros, diálogos permanentes com a categoria e a sociedade. Não podemos ficar reféns de um único congresso, ciência e profissão, esquecendo-nos do compromisso social e da categoria trabalho", avaliou Tôres.

Helio Miranda, Maria José Gontijo Salum, Aline Bemfica e Alessandra Bustamante também compuseram a comissão organizadora do congresso. À comissão científica do congresso, somaram-se Andrea Guerra, Vanessa Andrade de Barros e Marília de Oliveira. Os trabalhos submetidos

ao congresso primaram pela diversidade, demonstrando o quão complexo e extenso é o campo da Psicologia Jurídica.

O Congresso reuniu participantes do país inteiro e destacou-se, também, pela qualidade científica e técnica. Foi organizado a partir dos quatro grandes eixos propostos por Minas ao país e ao Sistema Conselhos, a saber: Execução Penal, Penas Alternativas, Egressos, Delegacias Especializadas, Exame Criminológico, CTC's; Saúde Mental e Políticas Públicas; Criança e Adolescente; Família, Mediação e Conciliação.

Ao longo dos três dias, foram discutidas as teorias, as práticas e as políticas que apontaram para o Campo da Psicologia Jurídica, como aquele da Interface com o Direito, cuja demarcação, a partir de concepções críticas, é mais do que necessária. Na abertura do evento, o Dr. Joel Birman, que é filósofo, psicanalista e professor da UFRJ, falou sobre Criminalidade, anormalidade, e os saberes do psíquico, discorrendo sobre o processo histórico de constituição do sistema prisional, da vigilância em suas múltiplas formas, os conceitos de anormalidade e as contribuições da psicologia com relação a esta temática. Em uma das primeiras mesas, Criminologia, Práticas Jurídicas e Produção de Verdades: Do Positivismo à Crítica, o professor Virgílio de Mattos fez uma contundente crítica à concepção criminológica vigente, demonstrando um pouco da realidade desumana do sistema carcerário mineiro. Em outra mesa, Célio Garcia e Rúbia d'Alessandro debateram a Psicologia e Direito: Interfaces (faces), Impasses e Transdisciplinabilidade, problematizando as questões relacionadas à psicologia jurídica.

Mais adiante, Valdirene Daufemback e Maria Márcia Badaró Bandeira debateram a Avaliação Psicológica, Classificação e Exame Criminológico no Sistema Prisional: uma questão ética para a Psicologia e para os Psicólogos, tratando mais



Psicólogos lotam plenária final do I CPJ

aprofundadamente do papel dos psicólogos atuantes no sistema carcerário e os problemas enfrentados nas instituições prisionais. Maria Helena Zamora e José Honório de Resende abordaram o tema Adolescência em conflito com a lei, Medidas Sócio-Educativas e Políticas Públicas, falando sobre a criminalização da juventude e as políticas públicas e as sócio-educativas necessárias à reinserção dos jovens na sociedade civil. No eixo de Família, Rodrigo da Cunha Pereira e Leila Torraca trataram do Direito de Família, Conflitos e Vínculos Afetivos: A Mediação Simbólica e a construção dos Laços sociais, quando a questão dos conflitos familiares em âmbito jurídico e psicológicos foi tratada sob a perspectiva da reconciliação. Fernanda Otoni de Barros e Anna Heloisa Senra conduziram a mesa sobre o Sujeito, Saúde Mental e Crime: Reflexões sobre a Medida de Segurança e a Periculosidade.

José Luiz Quadros e Eduardo Gontijo expuseram seus conhecimentos e impressões sobre Ética, Violência e Criminalidade: Vínculos, Rupturas ou o Mal-Estar Contemporâneo; a questão do mal estar atual, das rupturas do pacto social e da violência como resposta quando o pensamento, a linguagem e a razão fracassam. Na mesa Escuta de crianças e adolescentes na rede de Proteção à Infância, ampliou-se a discussão sobre a escuta de crianças e adolescentes, indicando-se a premissa do debate e das construções que valorizem o compromisso ético da Psico-

logia e das profissões afins com os direitos das crianças e adolescentes. Cecília Coimbra e Luís Antônio Fuganti trataram da Lógica Penal e Criminalização das vidas: Controle, Poder e Sujeição, demonstrando que tal lógica orienta os dispositivos engendrados pelo Estado para punir os ditos anormais, delinquentes e os chamados comportamentos contraproducentes, que a medicalização e a criminalização dos corpos e das vidas seriam formas modernas de extirpar o mal-estar e a tensão a todo custo, aniquilando as subjetividades. Edson Passeti e o Desembargador Alexandre Victor de Carvalho defenderam o tema Direito Penal Mínimo e Participação Social: Penas Alternativas, APAC's e novas formas de Institucionalidade, apresentando informações sobre as penas alternativas e o trabalho realizado nas APAC e trazendo provocando o debate em torno do abolicionismo penal, apontando os problemas estruturais, históricos e sociais verificados historicamente no sistema penal e no sistema prisional.

Lidia Levy Alvarenga e José Eduardo Menescal Saraiva discutiram a Filiação: Família, Adoção, Pertencimento, apresentando uma visão psicológica e legal da questão da adoção hoje. Mônica Brandão e Julieta Ribeiro Martins discorreram sobre a Psicologia, Serviço Social e o Trabalho no campo jurídico. Renata DZU e Menelick de Carvalho falaram sobre a Psicanálise e Direito: Há um lugar para o Sujeito nas práticas judiciais? Hebe Signorini e Eduardo Ponte Brandão abordaram A Constituição do Campo da Psicologia Jurídica: Saberes e Fazeres éticos, políticos e críticos. Além disso, o Congresso teve outras mesas, apresentações de trabalhos e oficinas sobre as temáticas dos eixos.

O Congresso de Psicologia Jurídica foi gravado e filmado, os registros estão na sede do CRP em BH, podem ser emprestados para universidades, órgãos e entidades afeitas ao campo de interface da Psicologia com o Direito. Além disso, o CRP-MG espera lançar, brevemente, os Anais do Congresso.

O Congresso teve ainda uma Plenária final, que elaborou moções de repúdio ao projeto de lei da castração química, à Parceria Público-Privada do sistema prisional, ao monitoramento eletrônico de presos, ao depoimento sem dano, às medidas de segurança contra adolescentes, à revista vexatória nas prisões e à utilização de medidas de internação com o argumento de medida preventiva. Relativamente ao eixo de Família, foi aprovado o encaminhamento para realização do encontro que



Crédito: Lucas Moraes

Participantes discutem condições do sistema carcerário debaterá a elaboração de um projeto de lei sobre a questão do abandono afetivo. Em relação ao eixo de Execução Penal, foi aprovado um ofício com menções ao exame criminológico, ao apoio à criação de uma comissão para atuar junto ao Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Conselho Nacional de Política Criminal, um indicativo das condições de trabalho e de atendimento, e ao tratamento do psicólogo como profissional da saúde, o apoio aos trabalhadores psicólogos nas APACs, entre outros. No eixo de Saúde Mental, foi aprovada a expansão da PAI-PJ e a criação/expansão do CAPS AD. No eixo de Crianças e Adolescentes foi aprovado o indicativo das medidas sócio educativas em meio aberto, liberdade assistida, e a semi-liberdade; o fortalecimento do SINASE, a

sistematização e divulgação dos dados do MSE, o debate amplo com demais instituições contra a criminalização das drogas (apontando a criação de um fórum de discussão sobre as comunidades terapêuticas). Além disso, a Plenária aprovou a indicação de equiparação do número de psicólogos com os de assistentes sociais nos tribunais.

Todos os encaminhamentos tirados do congresso foram dirigidos para o seminário do Conselho Federal de Psicologia, realizado no mês de Novembro. Esperamos que o campo da Psicologia Jurídica no Brasil receba o tratamento devido por parte das entidades representativas da Psicologia, Associações, Universidades e sociedade.



Crédito: Lucas Moraes

Rogério Oliveira (esq.) e Joel Birman



Crédito: Lucas Moraes

Helio Cardoso Miranda (esq.), Maria José Gontijo Salum, Rodrigo Tôres Oliveira, Alessandra Bustamante

EM DEBATE

Ato Médico em debate

CRP-MG analisa o Projeto de Lei 7703/2006

O PL 7703/2006, mais conhecido como Ato Médico, dispõe sobre o exercício da Medicina e pretende construir uma regulamentação para a profissão médica e para suas atribuições privativas. Atualmente, está tramitando no Senado Federal, por onde já havia passado anteriormente. Porém, como tivera sua redação alterada, teve que retornar à Câmara dos Deputados, onde foi aprovado em outubro.

Na condição de projeto de lei que pretende regulamentar o exercício profissional, é uma demanda legítima de toda profissão que pode, a partir de sua regulamentação, ser mais atuante na defesa de um exercício profissional qualificado. No entanto, a corrida por uma regulamentação específica traz no seu cerne aspectos concernentes as demais profissões no campo da saúde que merecem, segundo julgamento recorrente, uma análise isenta de preconceitos e de precipitações mercadológicas e ideológicas.

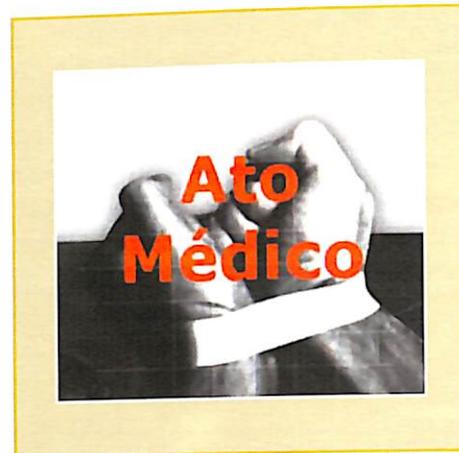
A questão polêmica com relação ao Ato Médico é o caráter extremamente específico, restrito e invasivo às demais profissões com que trata do que seriam as atribuições específicas do profissional médico. É nessas atribuições que se percebe um 'tomar para si' de fazeres consolidados por outras profissões de saúde. Vamos nos ater ao que compete ao exercício profissional do psicólogo, mas entende-se que não só a Psicologia, mas também as demais profissões de saúde não-médicas, tem se sentido ameaçadas em seu exercício profissional pela possibilidade de aprovação do referido projeto de lei tal como está colocado.

Referimo-nos particularmente ao Artigo 4º, que em seus incisos I e XI diz, respectivamente, que são atividades privativas do médico "a formulação de diagnóstico nosológico e respectiva prescrição terapêutica" e "a determinação do prognóstico relativo ao diagnóstico nosológico". Ainda o mesmo artigo, ao tratar no inciso XV, parágrafo 1º, do diagnóstico nosológico, o define como "a determinação da doença que acomete o ser huma-

no" e que um dos critérios para sua caracterização seriam alterações anatômicas ou psicopatológicas. Por fim, no mesmo inciso, diz "não ser privativo do médico o diagnóstico psicológico".

Dos argumentos contrários à aprovação do referido projeto, destaca-se que essa regulamentação dos atos privativos dos médicos é posterior à Reforma Sanitária, à Conferência Nacional de Saúde (1990) e ao estabelecimento do SUS, contrariando princípios, leis e diretrizes das referidas instâncias, as quais deveriam ser superiores a qualquer Conselho Profissional. Os princípios do SUS que estão sendo contrariados são os da integralidade (atenção integral), inter-disciplinaridade (diversos núcleos de saber-fazer, permitindo uma abordagem de campo), a multiprofissionalidade (diversidade profissional), a equidade (igualdade); tendo um impacto nefasto na metodologia de organização do SUS. O enfoque é hospitalocêntrico (enquanto a tendência é a substituição por serviços descentralizados); na doença (corpo da doença); e na reserva de mercado, a partir do escalonamento das funções hierarquicamente superiores e perda da autonomia das outras profissões de saúde.

Dos argumentos jurídicos, nota-se que a definição dos campos profissionais da área de saúde é dada pela atual normativa legal, que define que os limites do exercício de cada profissão de saúde se situam nos currículos e conteúdos inerentes a cada área de conhecimento, desenvolvidos e apreendidos nos cursos de graduação e pós-graduação, que atribuíram a cada profissional a capacidade de desenvolver os procedimentos próprios. Portanto, o Ato Médico altera essa sistemática definindo, a priori, competência exclusiva ao médico para proceder ao diagnóstico de doenças e prescrição terapêutica, tendo como consequência uma limitação à regulamentação das demais profissões, restringindo a prática de procedimentos que eventualmente estivessem inseridos nas grades curriculares, em



detrimento do livre exercício das profissões de saúde.

O Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG) tem se preocupado com a tramitação desse projeto após um silêncio de dois anos, com sua aprovação na Câmara dos Deputados. Dentre as ações do CRP-MG pode-se destacar o envio de um ofício de repúdio ao projeto, tal como está, aos senadores e aos deputados federais e estaduais, promovido articulações com os demais conselhos de classe para uma ação conjunta e intervenções na Conferência Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Além disso, acolheu e divulgou o documento "Ato dos Usuários", que foi produzido pela ASSUSAM (Associação dos Usuários de Saúde Mental) e assinado por diversas entidades representativas dos usuários dos serviços de saúde mental de Minas Gerais.

O CRP-MG pautou ainda essa discussão em uma Audiência na Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte e na APAF (Associação de Políticas Administrativas e Financeiras), que foi realizada em 12 e 13 dezembro de 2009 com a finalidade de organizar propostas interventivas de âmbito nacional.

Acesse o site do Conselho Federal de Psicologia - www.pol.org.br - e envie mensagens aos senadores e a presidência da República questionando o PL do Ato Médico.

Seminário Nacional Psicologia Crítica do Trabalho na Sociedade Contemporânea

Seminário discutiu a importância da categoria trabalho para a Psicologia

O Sistema Conselhos de Psicologia realizou em Belo Horizonte, no Auditório da Escola Superior Dom Helder Câmara, nos dias 6 e 7 de novembro, o Seminário Nacional Psicologia Crítica do Trabalho na Sociedade Contemporânea.

As discussões foram norteadas por três eixos: Saúde do trabalhador; Dignidade, qualidade de vida no mundo do trabalho; Crise, trabalho e sociedade: economia solidária como uma perspectiva para a humanidade e o Trabalho do profissional psicólogo – construindo uma posição crítica.

A mesa de abertura foi composta por Fernanda Magano, presidente da FENAPSI; Humberto Verona, presidente do CFP; e o presidente do CRP-MG, Rogério Oliveira. O presidente do CRP-MG expressou a satisfação dos psicólogos mineiros em “participar de mais esta etapa: de uma construção política, democrática e coletiva de nossa profissão”.

Rogério Oliveira também destacou o empenho do CRP-MG para que “o trabalho do psicólogo, como cidadão comprometido em contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva, seja também discutido e respeitado”. “Gostaria de escutar, nas palavras de cada debatedor: onde está o papel do Profissional Psicólogo? Quais as condições que este profissional precisa ter e construir para levar adiante as propostas que aqui serão apresentadas?”, propôs. E concluiu: “Caso contrário, faremos meramente um debate de cunho ideológico e epistemológico.”

O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Márcio Pochmann, doutor em Economia, abriu o evento “abordando o tema a Atualidade da Categoria Trabalho na Sociedade da Reestruturação Produtiva”. Pochmann externou suas impressões sobre a relevância do trabalho na vida humana, fazendo uma análise histórica sobre as formas de organização dos processos produtivos e a organização social – desde a sociedade agrícola até os dias atuais, com o surgimento e incremento do trabalho imaterial. Também chamou a atenção dos presentes para o desafio de se estabelecer um novo padrão civilizatório, numa sociedade com grandes mudanças

sociais decorrentes do trabalho imaterial, mas que, paradoxalmente, “ainda vive por regras postas por mortos”.

A segunda palestra, “O trabalho e a Psicologia: limites teóricos e perspectivas de atuação crítica”, proferida por Leny Sato, doutora em psicologia social, pesquisadora e docente da USP, inaugurou a interlocução entre Psicologia e Trabalho no evento. Sato iniciou sua exposição com um relato histórico, retomando as primeiras intervenções da Psicologia do Trabalho e Organizações. Discorreu sobre as contribuições da Psicosociologia, salientando a importância em se discutir o desemprego como fator relevante de sofrimento entre os trabalhadores. Sublinhou, também, o contexto do trabalho, da organização dos processos produtivos – das relações e condições de trabalho para a saúde mental do trabalhador, como fonte de possíveis constrangimentos, sofrimentos e, até mesmo, de adoecimentos.

As mesas que se seguiram, “O trabalho do profissional psicólogo: construindo uma posição crítica” e “Saúde do trabalhador: dignidade e qualidade de vida no trabalho” reforçaram a necessidade do diálogo entre os diversos saberes, com relevância da escuta do saber do trabalhador. A professora Vanessa Barros advertiu sobre o risco das prescrições ao padronizarem as ações, cercearem a subjetividade do trabalhador e concorrerem para o adoecimento do trabalhador. Já o professor Álvaro Merlo enfatizou a organização e as condições de trabalho como determinantes no processo saúde/doença do trabalhador.

Em sua fala, Marcus Vinicius de Oliveira, ex-vice-presidente e presidente do CFP, trouxe ao debate uma discussão sobre a atuação do psicólogo no âmbito das organizações privadas – sua “contaminação pelos interesses do capital” e a proposta de cisão e abandono dessa área pela Psicologia. Ele posicionou-se contrário a uma reflexão sobre as implicações das relações e condições de trabalho na atuação do psicólogo, considerando que essa ação era privativa das representações sindicais, não cabendo, portanto, ao Sistema Conselhos de Psicologia envolver-se nessa discussão.

O professor José Newton Garcia,

na mesa “Crise, trabalho e sociedade: economia solidária como uma perspectiva para a humanidade” advertiu: “A economia solidária contrapõe-se à insidiosa ‘cultura do empreendedorismo’. Convém, no entanto, nos resguardarmos da visão idílica dos movimentos ‘comunitários’ como se, neles, o trabalhador consentisse em anular-se, como sujeito, no anonimato da ‘fusão coletiva’. Com efeito, a modernidade marca o advento irreversível do indivíduo (que não remete, forçosamente, às perversões do hiper-individualismo contemporâneo) e do concomitante ‘desejo’ de propriedade. Mas de qual propriedade se trata? Em Locke, o primeiro a dar ao trabalho um significado antropológico e uma centralidade social, propriedade não é apenas uma categoria econômica, fonte da posse desigual de bens, mas fruto da transformação da natureza, pelo trabalho. E é também ‘propriedade que os homens têm sobre suas pessoas’. Mas a dimensão coletiva tem aí lugar?”.

O CRP-MG tem se preocupado e discutido sobre a ética da Psicologia no mundo do trabalho.

“Segundo Georgina Maria Veras Motta, conselheira secretária, citando Yves Clot, “toda atividade de trabalho é intrinsecamente ordenada e orientada por certos valores éticos, relacionados tanto com critérios de eficiência (quantidade, qualidade e economia) quanto com os sociais (relação com os colegas e chefias) e pessoais (senso de profissionalismo, auto-imagem).” (Clot)

“Sendo assim, é fundamental cuidar da Psicologia como ciência e profissão, de seu compromisso social, como também das relações e condições de trabalho do psicólogo.”

Mister se faz respeitar a diversidade dos campos da Psicologia, das práticas e das inserções do profissional: nas políticas públicas, nas organizações, nas ONGs, na iniciativa privada, na formação, nas relações com o Estado. Somente desta forma os psicólogos avançarão no aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos de Psicologia e na realização do projeto ético e político do compromisso social.

ACONTECEU

I Seminário de Psicologia nas Emergências e Desastres

Entre os dias 17 e 19 de setembro foi realizado, no Auditório da Escola de Ensino Superior Dom Helder Câmara, em Belo Horizonte, o I Seminário de Psicologia nas Emergências e Desastres.

O Conselheiro-Tesoureiro Alexandre Rocha Araújo, do CRP-MG, fez a abertura do evento, tendo ainda como integrantes da mesa: o Ten. Cel. PM Alexandre Lucas, representando a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil; Dr. Rasível Santos Reis, pela Secretária de Saúde do Estado de Minas; a Dra. Angelina Maria Lanna de Moraes, pela Secretária Estadual de Meio Ambiente; e a Psicóloga Eliana Torga, coordenadora do Seminário.

O Seminário foi inaugurado com a fala do Ten. Cel. Alexandre Lucas Alves, que ministrou uma conferência sobre a "Gestão de desastre numa perspectiva multi e interdisciplinar". Ele ressaltou a importância da participação dos diversos profissionais no gerenciamento de uma catástrofe e, conseqüentemente, do treinamento destes profissionais para situações de emergências. Em sua participação, Renê Astigarraga abordou "A importância dos veículos de comunicação na construção de uma cultura de prevenção", destacando a importância da participação da televisão na formação de uma cultura de prevenção e chamando a atenção para os cuidados éticos necessários ao tratamento das notícias e para a exposição psicológica da equipe de reportagem na cobertura de desastres e catástrofes.

O Corpo de Bombeiros de Minas Gerais realizou uma oficina de Evacuação, demonstrando aos presentes os procedimentos de evacuação de uma área com risco de incêndio ou outros tipos de eventos de emergência.

A Dra. Angelina Maria Lanna Moraes e o Dr. Rasível Santos Reis abordaram o tema "Desastres e Catástrofes: Dos Riscos aos Recursos para Enfrentamento", de acordo com as especificidades das suas respectivas áreas de atuação: Meio Ambiente e Saúde.

Na mesa sobre "As Lições com os Desastres da Atualidade", os convidados Cel. PM Cláudio Teixeira, Cel. PM Valter Lucas e Ten. Cel. PM Alexandre Lucas apresentaram as lições aprendidas no gerenciamento dos desastres e da importância do cuidado à saúde mental dos afetados e dos socorristas.

O médico português José Manuel Almeida falou sobre o "Planejamento Estra-

tégico para Catástrofes em Portugal", demonstrando o processo de triagem que é feito na União Européia, os protocolos, a estrutura da defesa civil, entre outros procedimentos. Na mesa sobre A Gestão da Emergência na Saúde, Rasível Santos Reis discorreu sobre os Planos de Catástrofes dos Hospitais como importante ferramental no Gerenciamento de um desastre de grandes proporções e sobre as Possibilidades de Intervenção Psicológica no Pré-hospitalar, enquanto Lilian Couto Viana externou seus conhecimentos sobre a Utilização de Protocolos nas urgências, emergências e catástrofe, pontuando como importante instrumento para sistematizar a prática a possibilidade de realizar estudos e pesquisas e nivelar a atuação dos profissionais no âmbito das emergências.

Os cuidados para com o Profissional de Emergência foram tratados pelas colegas Maria Helena Franco, Andrea Batista e Capitão Anderson de Oliveira, que desenvolveram o tema falando dos conhecimentos e habilidades necessários para trabalhar neste segmento, dos riscos à saúde do socorrista e da importância do treinamento na preparação destes profissionais.

Maria Helena Franco apresentou relato das experiências do Grupo Ipê, de como este Grupo se organiza e de que maneira se estrutura no atendimento psicológico em situações de crise.

Também foram abordadas as Intervenções Psicossociais Aplicadas, com relatos de experiências de profissionais: do segmento da aviação, por Fernanda Hannunn; sobre produtos perigosos, por Lígia Fernandes; e Urbanização, por Márcia Magrille. Essas profissionais apresentaram os desafios que enfrentam no atendimento às emergências e as estratégias utilizadas para a cobertura da assistência antes, durante e após eventos de desastre.

Os profissionais Vânia Lúcia Fonseca de Miranda Camanzi, Eduardo de Paula Lima e Maria Helena Franco abriram a mesa sobre Psicopatologia Pós-desastres e luto, onde discorreram sobre a intervenção dos psicólogos nos processos de trauma e luto. Em seguida, foi realizada uma oficina de triagem START, oportunidade em que os participantes puderam compreender concretamente o funcionamento dos processos de triagem de pessoas afetadas na cena do desastre.

Em sua participação, a psicóloga Eliana Fittipaldi Torga falou sobre a importância das Políticas Públicas para preven-

ção, preparação e resposta no gerenciamento da Saúde Mental em Desastres citando e detalhando o Projeto de Lei 978/2007, do deputado Jayro Lessa, que tramita na Assembléia Legislativa. Torga abordou, ainda, a Contribuição do Psicólogo em Urgências, Emergências e Desastres - Quais os limites desta atuação?, expondo dados da pesquisa sobre a ocorrência de Estresse Pós-Traumático que foi feita com os moradores da região afetada pelo terremoto de Itacarambi (MG), em dezembro de 2007, e informando de que maneira um serviço de Psicologia pode ser estruturado nas etapas de prevenção, preparação, resposta e assistência pós desastre.

Mais adiante, os psicólogos Cleirison Garcia e Ricardo Morethzon lideraram a discussão sobre "A mídia e o impacto da comunicação dos desastres na população e a questão ética na imprensa", problematizando a forma de cobertura da mídia tendente à espetacularização de eventos catastróficos, podendo criar situações de exposição psicológica desnecessária à população.

A última mesa teve como expositor o Major PM Silvio José Filho, Psicólogo, que discorreu sobre o Plano de Gerenciamento Integrado em Emergência e Desastres - Estratégia de Inclusão do Psicólogo. Ao final da brilhante palestra, ele concluiu o Seminário destacando a importância da contribuição do psicólogo no contexto das emergências e, ainda, apresentando possibilidades de um atendimento em rede que incluía o cuidado à população antes, durante e após um evento potencialmente traumático.

O I Seminário de Psicologia nas Emergências e Desastres foi um sucesso no Estado de Minas Gerais em termos de debate sobre atendimento psicológico em emergências e desastres. O Conselho Regional de Psicologia, protagonizando o papel de desenvolvedor do potencial de mercado de trabalho, fomentador de políticas públicas e de mobilizador da sociedade civil e organizada cumpre, mais uma vez, seu papel social, e traz à luz da sociedade a discussão sobre esta temática, colocando a categoria dos psicólogos no cenário das emergências, possibilitando a articulação e parceria com todos os órgãos de Estado, empresas públicas e privadas, acadêmicos, profissionais de diversas áreas do saber interessados na temática.

RESENHA

Direito e Psicologia: Estudos de Execução Criminal

O livro *Direito e Psicologia: Estudos de Execução Criminal* é fruto de seminário realizado pelo Conselho Regional de Psicologia em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e o Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade. O livro foi organizado pelo psicólogo Rodrigo Tôres Oliveira e pelo professor Virgílio de Mattos. Constatam artigos de diversos autores do campo do Direito, Psicologia, Psicanálise, História e Sociologia. Magistrados, Psicólogos e pensadores dividem espaço e compõem um livro marcado por uma reflexão teórica, pela prática e pela crítica.

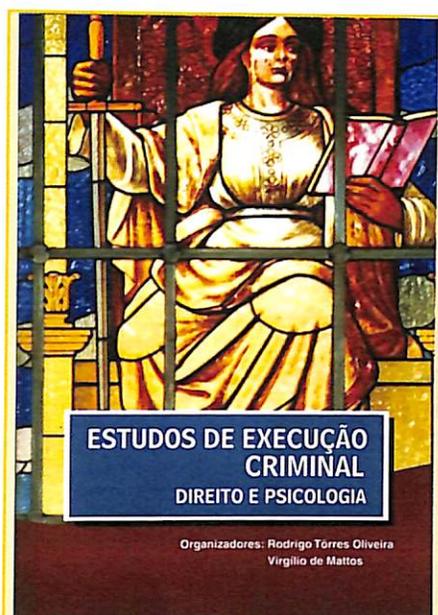
Os artigos são de Ana Lucia Sabadell, Vera Malagutti, Virgílio de Mattos, José Luiz Quadros, Joaquim Alves de Andrade, Roberto Aguiar, Paulo Antônio de Carvalho, Maria Lúcia Karam, Cecília Coimbra, Fernanda Otoni de Barros, Célio Garcia, Maria José Gontijo Salum, Vanessa Andrade de Barros, Rodrigo Tôres Oliveira, dentre outros.

O seminário e o livro tratam de questões relativas à execução criminal: o nefasto sistema prisional brasileiro; aspectos históricos, sociais e políticos presentes na história do encarceramento; propostas de privatização do sistema prisional mineiro e alternativas exitosas aos modelos prisionais e manicomialmente vigentes, as APAC's e o PAIPJ.

Retrato contundente da realidade na execução criminal, o livro aponta para uma crítica urgente da sociedade, do direito penal e dos saberes e práticas constituídos.

O encarceramento e suas implicações sociais, a insuficiência na aplicação de penas alternativas à privação de liberdade e, ainda, projetos neoliberais de privatização da execução penal no Estado, são fatores que precisam ser debatidos com toda a sociedade

O livro está disponível, para consulta, nas bibliotecas das faculdades de Direito e Psicologia de Minas Gerais.



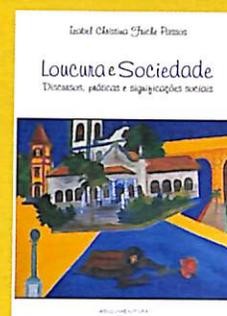
DICAS

LIVROS

Título: Loucura e Sociedade
Discursos, práticas e significações sociais
Autora: Izabel Christina Friche Passos

A obra analisa as questões que marcam o atual contexto da reforma psiquiátrica em curso no Brasil desde fins da década de 1970.

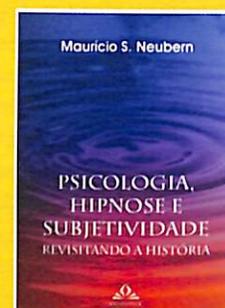
Fruto da pesquisa coletiva entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal de São João Del Rey (UFJS), esta coletânea oferece uma importante contribuição sobre o campo da saúde mental em duas cidades mineiras: Barbacena e Prados. Editado pela Argumentvm Editora, o livro trata do tema da loucura.



Título: Psicologia, Hipnose e Subjetividade
Revisitando a História

Autor: prof. Maurício Neubern

Como compreender a célebre tradição de hipnotizadores e magnetizadores que deram origem às reflexões sobre uma psicologia científica? Como compreender uma técnica tão antiga quanto a humanidade que efetua e ainda efetua curas que parecem desafiar os conhecimentos disponíveis? Como explicar a hipnose que parece, a cada passo, romper com as concepções e procedimentos legitimados pelo saber oficial? Em *PSICOLOGIA, HIPNOSE & SUBJETIVIDADE – REVISITANDO A HISTÓRIA*, o leitor será conduzido a uma viagem de volta ao tempo. Revisitando o momento e o contexto histórico no qual a psicologia nasce como ciência, Maurício nos leva a questionar a versão oficial que nos foi contada e a perceber que a História da Psicologia e a História da Hipnose têm uma ligação muito estreita e mais forte do que poderíamos imaginar.



CDI

O Centro de Documentação e Informação Halley Bessa – CDI está aberto de segunda a sexta-feira, de 8h às 12h e de 13h às 17h.

O telefone para dúvidas e informações é o (31) 3262-0091.

Título: Os tempos do Tempo
Uma nova perspectiva para a consulta e a terapia sistêmica
Autores: Boscolo, Luigi e Paolo Bertrando

Nas páginas deste livro encontrará uma chave. Com ela poderá abrir a porta do túnel do tempo. Se decidires transpor seu umbral terás de estar disposto a vivenciar fortes emoções, a experimentar novas formas de ver a prática da terapia familiar e, por que não, a mudar tua maneira de conceberes as intervenções terapêuticas.

Se tiveres coragem fará uma bela e profunda viagem da qual retornarás apaixonado.



Ao invés da Psicologia da Intolerância, a Psicologia da Diversidade!

Marco Aurélio Máximo Prado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Universidade Federal de Minas Gerais.

O discurso de Rosângela Justino – de que muitas pessoas não desejam se conformar com a sua condição homossexual e precisam de apoio psicológico para abandonar “voluntariamente” sua homossexualidade e que estas pessoas precisam de auxílio junto a psicólogos, talvez como ela, para efetivar mudanças e que os profissionais da psicologia deveriam apoiá-las, entendendo este tipo de tratamento como um direito garantido – é, no mínimo, uma estratégia ideológica que merece ser descortinada, mas com certeza não revela nenhuma preocupação com a sexualidade e a felicidade humana.

A preocupação de Rosângela Justino, que se intitula religiosa e psicóloga, não é sobre as sexualidades nem tampouco sobre o bem-estar dos indivíduos e da sociedade. Sua estratégia é, ao focalizar a sexualidade e o trânsito entre posições sexuais, defender uma sociabilidade única, autoritária e dogmática em nome daquilo que a proponente intitula como sendo “o imoralismo”. Mas, na verdade, tenta esconder e dissimular o desrespeito, a intolerância e a desigualdade apregoada por sua postura e de seus adeptos. É necessário compreender a estratégia ideológica que leva a religiosa a centrar seu discurso moralizador na sexualidade para desenvolver uma prática da intolerância e do desrespeito ao bem-estar psíquico característico dos seres humanos: a plasticidade e a diversidade das experiências sociais.

Caso a sexualidade fosse de fato sua maior preocupação e o bem-estar psicológico seu maior objetivo, tendo os distintos confortos e desconfortos que todos nós vivemos com as práticas e fantasias sexuais, Rosângela deveria não mais falar em “homossexuais que querem deixar a homossexualidade voluntariamente”, mas deveria dizer em “pessoas que querem se sentir confortáveis, autônomas e felizes com suas práticas sexuais, sejam elas quais forem”! Por quais motivos então Rosângela não fala em “heterossexuais que querem deixar sua heterossexualidade voluntariamente” e sentem-se mal, dada a homofobia ser tão forte e a heteronormatividade ser tão compulsória? Há milhões de pessoas que passam (talvez percamos) tempo e experiências de suas vidas tendo práticas heterossexuais, mas sentindo-se homossexuais. Por que será que elas não estão na mira dos discursos ideológicos de Rosângela?

Quando é que estes intitulados psicólogos irão oferecer tratamento para heterossexuais que não se sentem confortáveis e que gostariam de deixar a heterossexualidade voluntariamente para se sentirem mais autônomos e felizes? Não fazem isto porque o mote de suas ações e de seus discursos é a velha e conhecida intolerância, e não a saúde e o bem-estar psíquicos.

Ora o que se esconde, portanto, é a intolerância com outras formas de sociabilidades, formas de ser, formas de afetos, de se relacionar, de desejar o mundo e o futuro, de construir laços sociais e de identidades sociais e individuais. Por que a intolerância? Porque ela imagina que só existe uma forma de ser humano, porque se intitulam, ela e seus adeptos, porta-vozes do bem-estar, porque não admitem que a vida social e individual é mais rica em diversidade e mais plástica do que puderam experimentar, porque exigem da ciência a prática do dogma e da crença e não a prática do esclarecimento e da autonomia.

A Psicologia, desde a fundação e organização do pensamento psicológico científico, ou seja, muito antes da existência da própria Psicologia, fez e tem feito um enorme esforço exatamente para se separar de outras formas de conhecimentos que não utilizam da argumentação pública e teórico-metodológica, da construção empírica e da organização analítico-argumentativa legitimada por comunidades e pares. O que isto significou? Significou o caminho, muitas vezes contraditório, de construção da ciência psicológica. Ou seja, muitas brigas, debates e desafetos precisaram existir para que a ciência pudesse conquistar mentes e corações. E uma das formas de conhecimento que prometia não abandonar o pensamento psicológico era a própria religião. Assim, entendeu-se, por muito tempo, e me parece bastante atual, que as religiões também produzem formas de conhecimento de si e do mundo a nossa volta. Sua diferença, ou a mediana diferencial entre a religião e a ciência é que a primeira utiliza-se da crença e da fé, e a segunda, da argumentação crítica, das metodologias, de teorias científicas e da legitimação na comunidade. Ora, só essas diferenças já nos permitem compreender o que significa misturá-las, não reconhecer cada uma delas e as consequências nefastas desta mescla.

Mas pensemos no mesmo movimento de mistura a partir de outra dupla – ciência e política. A ciência, como vimos,

estrutura-se a partir da empiria, da argumentação pública e da estruturação teórico-metodológica. A política se estrutura nas negociações, na retórica, no convencimento e no desejo de reconhecimento público – na utopia, portanto. Ora, imaginem se misturássemos as duas formas. Imaginem se a ciência estivesse calcada na retórica e na negociação? O que seria o conhecimento científico? Seria uma negociação experimental cotidiana? E se a política estivesse pautada na prova empírica ou na estruturação teórico-analítica? No mínimo, não existiriam mais políticos nem outros mundos possíveis. As utopias jamais poderiam fazer parte da virtualidade necessária para a construção de novos mundos, pois seria terminantemente proibido experimentar o novo sem prova empírica. Daí se retira, então, a consequência de se misturar desde a modernidade formas de conhecimento de si e de mundo sem reconhecer seus pilares da diferença. Ora, o que Rosângela faz é exatamente isto. Em nome da ciência, busca-se introduzir a intolerância política e religiosa em outras formas de sociabilidade humana. E faz isto utilizando-se de um artifício perverso, pois usa do discurso sobre a sexualidade, especificamente sobre as homossexualidades, pautando a ideia de que “as pessoas que queiram voluntariamente abandonar sua homossexualidade” deveriam encontrar em sua clínica tratamento e ajuda para tal.

Ora, a religiosa se esquece, primeiro, de que esta mescla, como já evidenciamos, é impossível, pois nega uma das formas de conhecimento: ou a ciência ou a religião teriam que ser abolidas neste caso. E segundo, esquece-se, ou artificialmente faz-se esquecer, de que ninguém abandona sua posição sexuada por outro motivo a não ser porque o injusto está provocado pelo preconceito, pelo controle moral e pela intolerância social que se concretiza e objetiva individualmente através dos sentimentos de negação, introjeção e solidão. Assim, ninguém sente dor psíquica e tristeza antes que uma sociedade inteira não esteja doente, antes que os laços e as relações não introduzam o abandono dos sujeitos, a solidão e a violência social.

Que o movimento social, no caso o movimento LGBT, produza pensamento utópico e ideológico, tudo bem, pois os movimentos sociais existem para tal. Nasce através da consciência social do desrespeito e do sentimento de injustiça social

ARTIGO

para produzir rupturas cotidianas com as formas de ser. É exigido deles a construção de ideias e ideais sobre a vida - portanto, ideologias. Agora, que a Psicologia, em nome de um conjunto de valores religiosos e moralizadores, produza ideologias de intolerância, não podemos admitir.

A Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia tem alguns méritos. Ela reconhece que os psicólogos são ideólogos da moral quando insistem em desprezar as formas de sociabilidades que não condizem com sua própria e única experiência social. Reconhece, também, que a Psicologia precisa ser diversa e ter como objetivo o respeito à diversidade dos mundos dos sujeitos. Assim, reconhece que o desconforto - seja lá qual for - merece encontrar guarida, mas a intolerância, nunca. A intolerância precisa de um antídoto: a política, e não a ciência. Além disso, a existência da Resolução 01/99 do CFP também coloca no cenário dos psicólogos uma questão central: a de que existe o preconceito e a homofobia. Ou seja, somos preconceituosos e profissionais ao mesmo tempo. Digo isto por um único motivo: reconhecer que temos preconceitos não é o fim, mas sim o começo para a consciência dos limites de

nossa própria percepção da realidade. O preconceito nos impede de ver o que não vemos e o que é que não vemos. Portanto, ele atua ocultando as razões que justificam determinadas formas de inferiorização e intolerância históricas. A Resolução, como um mecanismo institucional de regulação ética, nos fornece a oportunidade de ver o que não vemos, de expandir nossa percepção da realidade plural, diversa e plástica que a humanidade criou para si mesma. Mas, por que então alguns insistem em não aproveitar a oportunidade histórica criada pela Resolução 01/99 do CFP para ter consciência de que estamos impedidos de ver o que não vemos? Por um único motivo: aí já não se trata mais de preconceito, mas de intolerância mesmo. A intolerância é aquele mecanismo que, sustentado pelas crenças e pelos dogmas, justifica racionalmente a inferiorização do outro, a exclusão das diversidades, a expulsão do reino dos mortais daqueles que não correspondem a meu próprio desejo. Ela justifica com racionalidade a violência e a abnegação como se estivesse propagandeando o bem, o bom e o justo. Portanto, se o preconceito atua como um mecanismo menos racionalizado de naturalização das desigualdades,

impedindo-nos de ter consciência de que nossa percepção está limitada, a intolerância atua como mecanismo totalmente racionalizado que justifica a inexistência do outro através de instrumentos punitivos que alinhem a vida do outro ao meu próprio desejo. Assim, a intolerância é a racionalidade explicativa e justificativa do sentimento do preconceito. E é a isto que a religiosa Rosângela faz coro. É com este mecanismo que a religiosa pretende "conservar" o mundo à luz de seu próprio desejo, de sua própria experiência religiosa; à luz, portanto, de sua própria intolerância.

A Psicologia e os psicólogos fizeram um favor à humanidade quando reconheceram que as formas de sociabilidade são tão infinitas quanto as formas de amar. E isto não podemos mais desperdiçar, pois a história já nos mostrou que tal desperdício só provocou mais mal-estar. Portanto, que tal pensarmos que, como disse Oscar Wilde - um amor que ousa dizer o seu próprio nome não merece ser desperdiçado ou abandonado, mas sim valorizado pela diversidade que ele enseja. Só me resta fazer uma contra-chamada: deixemos de ser intolerantes "voluntariamente" e juntemo-nos àqueles que aplaudem a diversidade humana.

CARTA ABERTA - HOMOFOBIA: A VIOLÊNCIA QUE NINGUÉM QUER VER

17 de Maio é o Dia Mundial de Luta contra a Homofobia. Este dia foi criado internacionalmente em 2005, para marcar que nesta data, em 1990, a Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde retirou a homossexualidade da sua lista de doenças mentais e de patologias.

O que é HOMOFOBIA? A palavra foi cunhada em 1972 para caracterizar determinadas atitudes individuais e coletivas de ódio, repulsa ou medo frente às homossexualidades. Baseando-se em estudos psicológicos sobre as fobias, encontrou-se no termo homofobia uma expressão para aquilo que hoje poderia ser entendido como um sistema de opressão que humilha, violenta e subordina milhares de experiências humanas não sintonizadas com a "heterossexualidade obrigatória".

Passados os anos após a criação do nome homofobia e, apesar deste ato de fundamental importância da Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde na luta contra o preconceito e a exclusão, ainda estamos muito distantes de assegurar igualdade de direitos às pessoas que desafiam as normas dominantes que caracterizam as sexualidades, especialmente, aquelas não identificadas como "heterossexuais". Essas pessoas, além de não terem seus direitos garantidos, tem sido alvo preferencial de humilhação e violência através de ações homofóbicas por parte de indivíduos, grupos e instituições que atuam no aprofundamento de preconceitos e discriminação contra a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Fato este que podemos concretamente constatar através de diversos atos e formas, tais como as dificuldades encontradas para inserção no mercado de trabalho, os impedimentos para acesso e permanência na educação em redes públicas e privadas, o não reconhecimento das uniões afetivas entre pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, e mais de 37 (trinta e sete) direitos que são garantidos aos heterossexuais e que não são aplicados a toda comunidade LGBT.

Assim é que a HOMOFOBIA, explícita ou silenciosa, dificulta ou até impede que pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais sejam consideradas sujeitos de direitos. É preciso avançar no sentido de que suas vivências sejam reconhecidas como legítimas, encarando como violência a persistente violação de seus direitos humanos.

Por estes motivos expressamos publicamente hoje, Dia Mundial de Luta contra a Homofobia, nossos desejos de combater o preconceito, a discriminação, a humilhação e a violência, lutando para garantir que nossos direitos sejam nem mais nem menos do que os de qualquer cidadão e cidadã deste país.

Belo Horizonte, de Maio de 2009.

Fórum de Entidades na Luta Contra a Homofobia

ALEM - Associação Lésbica de Minas • ALMG - Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais / Comissão de Direitos Humanos • CELLOS MG - Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual • CRP MG - Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais • GUDDS! - Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual • Nuh/UFMG - Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT • Prefeitura de Belo Horizonte / Secretaria Municipal Adjunta de Direitos e Cidadania

FATOS E PERSONAGENS

JP conversa com Ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, no Simpósio Mineiro de Psicologia no SUAS

Jornal do Psicólogo: Que implicação a precarização nas relações de trabalho pode trazer para o trabalho realizado pelos profissionais nos CRAS e CREAS?

Patrus Ananias: Eu considero que a precarização nas relações de trabalho foi um grande retrocesso que ocorreu no período neoliberal e que nós estamos procurando, agora, reverter. No campo dos psicólogos, assistentes sociais e de outros profissionais que trabalham nos nossos centros de assistência social (CRAS e CREAS), estamos trabalhando, no Ministério, na perspectiva de superar essa precarização. Além da precarização, temos tentado superar também eventuais critérios políticos e partidários – que, é até forçoso reconhecer, pois não tem prevalecido – mas nós não podemos pensar em situações momentâneas. Precisamos pensar em normas que garantam para o futuro. Nesse sentido, trabalhamos para normatizar algumas ações do Ministério que ainda não estão bem fundamentadas juridicamente. Daí a importância do PL-SUAS, que avança no sentido da normatização jurídica do SUAS e, consequentemente, das políticas públicas de assistência social. Um dos desafios colocados é o de estabelecermos maior segurança para os nossos profissionais e critérios mais republicanos para a escolha deles.

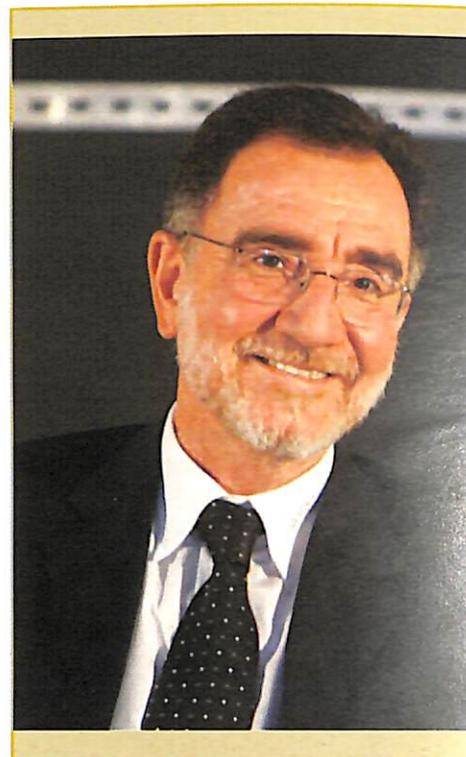
JP: Qual o maior empecilho, hoje, para que o ministério implante o CRAS e o CREAS em todos os municípios do país?

P.A.: Falta-nos dinheiro. Os recursos são escassos e as carências e necessidades são praticamente ilimitadas em um país desigual como o Brasil, que acumulou uma dívida social muito elevada ao longo de sua história. Estamos agora, no governo do presidente Lula, com nossas políticas sociais, procurando reverter esse quadro. Estamos conseguindo, com base nos dados, nas pesquisas e no reconhecimento das pessoas, tanto no Brasil como no exterior. Mas o dinheiro é sempre um limite, pois ele vem do bolso sofrido do contribuinte, e nós sabemos que quem paga mais impostos no Brasil são os pobres, os trabalhadores e a classe média. Outra limitação é a ausência de maior adesão de alguns governos municipais e estaduais nas políticas sociais. Temos que trabalhar na perspectiva de co-responsabilidade de co-financiamento. Estamos trabalhando no Governo Federal, e especificamente no MDS, numa linha muito

republicana, supra-partidária. Trabalhamos com governos municipais e estaduais de todos os partidos, colocando sempre o interesse público, especialmente os dos pobres, acima de eventuais diferenças partidárias, por mais legítimas que sejam as diferenças. E, para consolidarmos essa grande rede nacional de proteção e promoção social, é fundamental uma adesão cada vez maior dos governos municipais e estaduais e da própria sociedade. Por outro lado, considero importante que o avanço vá se dando de uma forma bem firme. Avançar sempre, mas avançar sem ter que retroceder. Penso que a expansão quantitativa deve ser acompanhada também pelo aperfeiçoamento constante do programa, no caso os CRAS e os CREAS. O avanço tem que ser gradativo, os números devem corresponder à qualidade.

JP: O Governo de Minas assinou recentemente um convênio para construção, no formato de parceira público-privada, de um presídio para três mil pessoas em Ribeirão das Neves. Qual a sua opinião sobre as parcerias público-privadas no sistema carcerário?

P.A.: Eu entendo que, em algumas áreas, as parcerias público-privadas são muito bem-vindas, desde que estabelecidas de forma ética, transparente e republicana, no sentido de que as empresas ganhem, mas ganhem também com limites e ofereçam, também, claras contrapartidas. Assim, por exemplo, eu vejo com bons olhos as parcerias público-privadas na construção de estradas. No passado eu tinha mais restrições, mas o fato é que o Brasil tem uma dívida social muito grande e o Estado precisa investir em energia e infra-estrutura, para corrigir as injustiças e desigualdades sociais, cuidar efetivamente dos mais pobres, garantir educação pública de qualidade, saúde e políticas públicas de assistência social e de segurança alimentar e nutricional. Enfim, são muitas frentes e muitos desafios. Então, a participação da sociedade como um todo e especificamente dos empresários, em alguns setores mais específicos, que exigem investimento, deve ser olhada com atenção, desde que, como eu disse, as coisas sejam feitas com muita transparência. Com relação ao sistema prisional, eu, como advogado e professor de Direito, vejo com reservas. Claro que eu não quero ter uma posição definitiva, porque a gente



Crédito: Bruno Spada - MDS

também tem que ter humildade, avaliar, conhecer melhor as posições contrárias. Mas eu vejo (as parcerias público-privadas no sistema carcerário) com muitas reservas. Acho que cuidar de preso é dever do Estado.

MALA DIRETA POSTAL
9912210641-ECT-DR/MG
Conselho Regional de Psicologia

... CORREIOS ...



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS

Rua Timbiras, 1532, 6º andar
Lourdes - CEP: 30140-061
Belo Horizonte - Minas Gerais

IV PSICOLOGIA NAS GERAIS

IV Psicologia nas Gerais

Psicólogos de Minas debatem diversos temas da Psicologia

Evento reuniu mais de mil pessoas em todo o estado, discutindo Ciência, Trabalho e Sociedade

Em sua quarta edição, o Psicologia nas Gerais, maior evento da Psicologia em Minas, contou com mais de 30 mesas e oficinas, abordando temas diversos, como comunicação, emergências e desastres, relações e condições de trabalho dos psicólogos, psicoterapias, entre outros. Todos os setoriais do CRP-MG realizaram atividades, que se estenderam por todo o mês de agosto. O Psicologia nas Gerais teve como objetivo principal comemorar o "Dia do Psicólogo" (27 de agosto).

Em Belo Horizonte, o evento foi realizado no campus Coração Eucarístico da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Minas) e teve duração de três dias. A conferência de abertura, realizada no dia 27, contou com a participação do pós-doutor em Psicologia José Newton Garcia, do doutor em Psicologia e professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Minas, professor João Leite, do presidente do CRP-MG, Rogério Oliveira, e da secretária nacional de assistência social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate

à Fome, Rosilene Rocha, que representou o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias.

ATO PÚBLICO

Na manhã do dia 27, realizou-se, na Praça da Liberdade, com a presença de mais de 300 pessoas, um ato público contrário à privatização das prisões mineiras e à criação de um complexo penitenciário no município de Ribeirão das Neves. Em parceria com diversas entidades, o CRP-MG tem combatido a proposta do Governo de Minas de privatizar o sistema penal no estado. Para o conselheiro vice-presidente do CRP-MG, Rodrigo Tôres, o Governo do Estado deveria ter consultado e dialogado com os diversos setores da sociedade mineira sobre o plano de estabelecer parcerias público-privadas no setor penitenciário. "Não entendemos porque o Governo do Estado quer implementar a PPP sem discussão com a sociedade civil, com os parlamentares de Ribeirão das Neves, com a comunidade científi-

ca e com diversos movimentos sociais", reclamou Rodrigo Tôres. Os manifestantes deram voltas em torno da Praça da Liberdade e, com auxílio de equipamento de som, fizeram discursos contrários à proposta do governo do estado.

A PSICOLOGIA NO SUAS

Dentro da programação do IV Psicologia nas Gerais, foi realizado, no dia 28 de agosto, o Simpósio Mineiro de Psicologia no SUAS, que contou, no encerramento, com a participação do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias. O objetivo do Simpósio foi promover a discussão sobre os saberes e as práticas da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social, visando criar referências para a prática e a formação profissional. O ministro proferiu palestra com o tema "Importância Política do SUAS e as Contribuições da Psicologia para seu Desenvolvimento".

Psicólogos de Governador Valadares discutem instabilidades e desafios do mundo do trabalho

IV Psicologia nas Gerais lança olhar sobre a categoria propondo a escuta do sujeito como metodologia; conselheira-secretária do CRP-MG Georgina Motta, foi convidada a contextualizar a questão

O tema "Trabalho e empregabilidade dos psicólogos" foi um dos destaques da programação do IV Psicologia nas Gerais em Governador Valadares, no leste mineiro. A mesa de debates, dia 24 de agosto (segunda-feira), reuniu reflexões sobre o mundo do trabalho atualmente – cada vez mais precário e flexibilizado – assim como a inserção do profissional de psicologia nesse meio. A debatedora foi a conselheira-secretária do Conselho Regional de Psicologia (CRP-MG), Georgina Maria Veras Motta, contando também com a participação do conselheiro do CRP-MG Adilson Rodrigues Coelho, coordenador do Curso de Psicologia da Univalle.

O encontro foi organizado pelo Conselho em parceria com a Prefeitura Municipal, que cedeu o seu auditório para abrigar a programação. Outras duas mesas trabalharam os temas "Atuação do psicólogo na saúde do trabalhador" e "Psicologia e geração de emprego".

FRAGILIDADE PROFISSIONAL

O mundo do trabalho, nas últimas décadas, tem como características a instabilidade, o crescente desemprego, a modernização e a reestruturação produtiva. Assim como acon-

tece às outras profissões, o psicólogo é inserido nesse contexto em certa situação de fragilidade. "Vemos o psicólogo a partir do olhar que a própria psicologia faz a todos os outros trabalhadores e os segmentos sociais", disse Georgina. Ela apresentou eixos que resumem as condições do mercado de trabalho em um contexto geral: os vínculos e relações contratuais; a organização, segurança e qualidade de trabalho; a desvalorização das relações humanas e a precarização da representação e organização sindical.

"Além disso, o Estado atua com mudanças permissíveis às leis trabalhistas e liberação dos encargos sociais, o que propicia uma ampliação na terceirização, atingindo as áreas administrativas e os próprios recursos humanos. Outro fenômeno tem sido o surgimento da figura do trabalhador demitido que é reintegrado na rede de subcontratação, mediante contratos precários. Quase sempre isso se dá sob condições de trabalho fragilizadas", disse. Segundo Georgina, a terceirização "pulveriza os espaços e enfraquece os sindicatos, pois uma mesma unidade trabalho é atendida por vários sindicatos, cada um deles com interesses diferentes".

CAPITALISMO E PRECARIÉDADE

Tomando como exemplo o trabalho desenvolvido pelo professor da Faculdade de Psicologia da PUC-SP, Raul Albino Pacheco, a mesa debateu a relação do capitalismo com o desenvolvimento profissional das chamadas ciências humanas. Os beneficiários e defensores do capitalismo nada teriam a lucrar com o crescimento desse campo, quando ele não fortalecesse seus valores e a visão de mundo. A psicologia não poderia, portanto, ser apenas mais um instrumento de legitimação deste sistema vigente. Segundo o professor Raul



Em Gov. Valadares, Psicólogos discutem condições de trabalho

IV PSICOLOGIA NAS GERAIS

Pacheco, “uma psicologia não ideológica e somente domesticadora do ser humano responde, em boa medida, pela precariedade da formação do psicólogo e pela desvalorização da Psicologia, como ciência e campo profissional.”

FEMINIZAÇÃO E PRECARIIDADE

A maioria dos profissionais da Psicologia é do sexo feminino, uma característica que se estende desde o início da profissão. A

fragilidade profissional da categoria aumenta, portanto, relação ao machismo da sociedade brasileira. Discriminação, baixa remuneração, queda nos direitos sociais e do trabalho são consequências dessa variável sexista que reforça o estado de precariedade da categoria.

REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL

Outro aspecto preocupante diz respeito à carência de legislação. Segundo Geor-

gina, é importante para os profissionais manterem a sua militância, independente da legislação: “A militância da psicologia não pode permitir que seja utilizada como mais um fator para o surgimento do trabalho precarizado. Não pode compactuar com uma ética falsa de trabalho voluntário, porém descaracterizado como tal em sua própria essência”, afirmou.

Intervenções, abordagens e técnicas da Psicoterapia são temas de debate em MOC

Debatedores mostraram diferentes aspectos durante o encontro do IV Psicologia nas Gerais realizado na cidade do norte mineiro; debate contemplou diversos teóricos como Skinner, Foucault, Saussure e Freud

As atividades do IV Psicologia nas Gerais movimentaram a cidade de Montes Claros entre os dias 24 e 29 de agosto. Palestras, mini-cursos, oficinas, encontros, sessão comentada de cinema e mesas-redondas marcaram as comemorações da Semana do Psicólogo no norte mineiro. O evento foi organizado pelo CRP-MG em parceria com as Faculdades Integradas Pitágoras (FIP-MOC), Faculdade de Saúde Ibituruna (FASI) e Faculdades Unidas do Norte de Minas (Funorte).

PERSPECTIVA EXISTENCIAL FENOMENOLÓGICA

O primeiro debatedor foi o psicólogo Achilles Coelho Júnior, professor das FIP-MOC e da Funorte, que trocou experiências a respeito do método fenomenológico da psicoterapia. Esta abordagem considera a “coisa em si”, buscando compreender a sua essência sob algum modelo teórico, entre eles o marxista (calcado nas relações sociais); o de Freud (inconsciente e razão), o de Saussure (língua como produto social); o de Foucault (poder disciplinar) e também aquele proposto pelos movimentos sociais, como o movimento feminista (novas formas de viver a sexualidade).

O professor também expôs os principais problemas subjetivos contemporâneos: a perda da unidade psicológica (racionalização excessiva com esvaziamento afetivo da existência); a perda do sentido da vida (tédio e “anestesia emocional”); a transformação da intimidade (interesse pela particularidade alheia); e a falta de poder pessoal (vitimização social, impotência para transformar a realidade). Para ajudar nesse cenário, em boa medida agravado pela crescente influência da mídia na formação de valores, a psicoterapia existencial-fenomenológica apresenta como caminhos a auto-compreensão, a auto-consciência, a auto-determinação e a procura do sentido.

INDIVÍDUO E FAMÍLIA

A psicóloga Ângela Nicácio Tolentino, professora das FIP-MOC, apresentou a perspectiva sistêmica da Psicoterapia, que deixa de ser intrapsíquica e passa a ser interrelacional, analisando a interdependência entre o indivíduo e sua família. As principais dis-

funções verificadas na estrutura familiar são a dificuldade em se lidar com as mudanças nos ciclos de vida (infância, adolescência, maturidade, velhice); os vínculos familiares rígidos; a superproteção e a falta de conscientização e solução de conflitos. Com isso, chegam os sintomas da contemporaneidade: a ansiedade, o pânico, os transtornos alimentares e as várias formas de violência. A terapia familiar trabalha com a alteração dos padrões de funcionamento e de comunicação, promovendo a autonomia dos membros da família.

CAPITALISMO E ANGÚSTIA

A terceira debatedora foi a psicanalista Teresa Viegas Tameirão, professora das FIP-MOC, discorrendo sobre a perspectiva psicanalítica, fundada no século 20 por Sigmund Freud. Sua principal contribuição foi a descoberta do inconsciente, rompendo com o pensamento cartesiano. A Psicanálise rejeita a generalização, analisando o que há de único em cada caso, levando o paciente a se livrar de sua angústia a partir da reconstrução de sua história e seu inconsciente. Para a psicanálise, o sujeito contemporâneo, na sociedade capitalista, está diante de comportamentos e decisões a serem tomadas por serem as únicas que ele conhece. Com isso, o vazio se instaura e o sujeito não vê possibilidade de saída. Sob tais condições, é mais importante ser entendido do que ser explicado.

HOMEM, SER RELACIONAL

Encerrando as exposições, a psicóloga e professora Vívica Lé Sénéchal Machado abordou a perspectiva comportamental da Psicoterapia. A professora iniciou sua apresentação esclarecendo as teorias do psicólogo norte americano Burrhus Frederic Skinner, considerado o pai da análise do comportamento. Segundo Skinner, o aspecto central da concepção do indivíduo está na sua relação com o ambiente. Essa interação não é estática, já que envolve sempre um novo homem e um novo ambiente.

Ao contrário do que pregam alguns estudiosos, a professora Machado afirmou que Skinner não desconsiderou os eventos in-

ternos - sentimentos e pensamentos. A terapia analítico-comportamental busca identificar e analisar funcionalmente variáveis ambientais que estejam influenciando os comportamentos, a fim de modificá-los quando desejado. As três fases da terapia são auto-observação, autoconhecimento e mudança. “Explorar potencialidades e identificar qualidades também são funções do terapeuta, não apenas amenizar o sofrimento psicológico”, afirmou a debatedora. “A terapia lida com os efeitos indesejáveis gerados pelas agências sociais controladoras, como a família, o governo, a religião, a mídia e outras” completou.

O USO DE CADA ABORDAGEM

Questionado sobre qual seria a melhor perspectiva, o professor Achilles Júnior afirmou que não existe abordagem mais adequada. “Existe terapeuta mais adequado para cada tipo de indivíduo, a partir de uma avaliação ética. Não podemos reduzir nem a abordagem nem a pessoa”, disse. Já a professora Vívica Machado avaliou que o psicólogo é aquele que, o tempo inteiro, faz escolhas: “É importante conhecer um pouco de cada perspectiva e estar pronto para qualificar o atendimento, estudando e escolhendo usar aquilo que puder contribuir”, concluiu.



Psicóloga Ângela Nicácio Tolentino

Em Juiz de Fora, CRP aproxima-se de profissionais do tratamento em hemodiálise

Psicólogas da região especializaram-se no atendimento a pacientes de insuficiência renal; atuação da categoria dentro da equipe multidisciplinar ainda é cercada por desafios e quebra de paradigmas

A resolução 154/2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) obriga a presença de psicólogos em todas as clínicas de tratamento em hemodiálise do Brasil. A presença do profissional de psicologia é fundamental para qualificar o suporte aos pacientes desse desgastante procedimento, assim como contribuir para a sua melhor interação com as determinações médicas. A partir de uma ação de fiscalização junto às clínicas de hemodiálise em Juiz de Fora, na região da Zona da Mata de Minas Gerais, o CRP-MG acabou criando uma aproximação saudável e colaborativa com psicólogos e psicólogas dessa área nos últimos anos.

Um dos resultados foi o debate do IV Psicologia nas Gerais dia 29 de agosto, em Juiz de Fora, no auditório da faculdade Machado Sobrinho, contando com a presença das psicólogas Ana Paula Senra, Fabiane Rossi e Leiliane Dias. Especializadas no atendimento a pacientes da hemodiálise, cada uma trouxe um pouco da sua experiência pessoal e técnica ao público, constituído principalmente por estudantes universitários e psicólogos da área clínica. A atividade também serviu como preparativo ao II Congresso de Psicologia da Zona da Mata e Vertentes & VI Encontro Juizforano de Psicologia, que aconteceria entre os dias 19 e 23 de outubro, em Juiz de Fora.

HEMODIÁLISE

O tratamento em hemodiálise é aplicado a pacientes com quadro de insuficiência renal, ou a incapacidade dos rins em cumprir a sua função circulatória no organismo de um

indivíduo. A hemodiálise consiste na filtragem do sangue a partir de um mecanismo externo, em um processo que ocorre aproximadamente três vezes por semana. Segundo dados da Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN), a insuficiência renal no Brasil atinge cerca de dois milhões de pessoas, embora grande parte tampouco saiba que tem a doença. O país é atualmente o terceiro em atendimentos por meio da hemodiálise.

PSICOLOGIA NA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

As clínicas de hemodiálise são compostas por profissionais de várias áreas como a medicina e a nutrição, além da Psicologia, em equipes multidisciplinares de atendimento. Segundo a psicóloga Ana Paula Senra, o primeiro desafio é aprender a integrar-se neste sistema: "Há um certo papel que cabe somente ao médico, referente à medicação, a dar um parecer clínico ao paciente e estabelecer as normas do tratamento. Este não é o nosso espaço. A psicologia chega para tratar aquele indivíduo enquanto ser humano, trabalhando, se for preciso, questões da sua realidade pessoal", definiu.

Essa aproximação ao aspecto humano do tratamento, no entanto, frequentemente é mal interpretada no cotidiano das clínicas, segundo as debatedoras. "Ao mesmo tempo em que o psicólogo se integra à equipe multidisciplinar, ele precisa se ater a questão ética da sua própria profissão. Muitas vezes existe a expectativa de que o psicólogo é somente aquele que irá promover alguma atividade recreativa com os pacientes da hemo-

diálise, ou apenas conversar, promover uma reunião. É preciso vencer essa impressão", disse Fabiane Rossi.

ADESÃO AO TRATAMENTO

O sucesso do tratamento em hemodiálise depende, muitas vezes, da participação do paciente em manter uma rígida dieta de restrição hídrica. Quando o paciente não atende a essa rotina e chega à clínica com muito peso, frequentemente a psicologia é requisitada para entender e colaborar nesse processo. A psicóloga Leiliane Dias estudou esse processo e realizou uma pesquisa em mais de 100 pacientes, na cidade de Juiz de Fora, relacionando a adesão à dieta hídrica a processos emocionais.

"Descobrimos que não somente a depressão mas, principalmente, a ansiedade está relacionada à não adesão ao tratamento. Não é simples diagnosticar essas pessoas que estão submetidas a um procedimento invasivo, que deixa marcas de agulhas pelo corpo e que, além disso tudo, sofrem muitas vezes com problemas de ordem social e financeira", explicou Leiliane. O estudo desenvolvido pela psicóloga mostrou que há um cruzamento entre dados que relacionam grande parte dos pacientes de hemodiálise à baixa renda e escolaridade. Segundo ela, muitas vezes a não adesão ao tratamento envolve problemas de outras ordens como a falta de dinheiro para o transporte até à clínica.

Trabalho do psicólogo junto ao SAMU é tema de palestra em Uberaba

IV Psicologia nas Gerais realizado na cidade do Triângulo Mineiro discutiu o atendimento em casos de emergências e desastres; objetivo foi mostrar dificuldades e avanços dos profissionais que atuam neste campo ainda emergente para o psicólogo

O dia a dia da psicóloga Vera Lúcia mudou bastante no último período. Há 25 anos na profissão, desde 2008 ela se viu diante de uma nova realidade quando deu início a um trabalho de apoio psicológico junto aos trabalhadores e, eventualmente, aos usuários do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o SAMU. A experiência em uma área ainda emergente para o psicólogo e suas referências em estudos e pesquisas sobre a morte foram a bagagem que Vera trouxe para o IV Psicologia nas Gerais, realizado em Uberaba, entre os dias 27 de agosto e 19 de setembro, que contou com palestras, lançamento de livros e o III Colóquio Winnicott do Triângulo Mineiro.

Junto ao também psicólogo Clerison Garcia, do Hospital das Clínicas da Universida-

de Federal de Minas Gerais (UFMG), ela participou, dia 27 de agosto (quinta-feira), no Auditório do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, da mesa "Psicologia nas Emergências e Desastres". A conselheira CRP-MG, Juliana Medeiros, mediou o debate, que teve a participação, principalmente, de estudantes e profissionais da área. "É importante o envolvimento do aluno, porque os assuntos abordam novas áreas de atuação, ou seja, um novo espaço para a psicologia. Também queremos refletir que nossa atuação tem que ir além do sujeito, temos que perseguir uma ambição utópica mesmo, de transformação social", avalia Juliana.

O IV Psicologia nas Gerais em Uberaba teve apoio da Prefeitura Municipal e da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM),

Universidade de Uberaba (Uniube), Fundação Gregório F. Baremblitt e Grupo de Estudos Psicanalíticos (Grep).

EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Clerison e Vera explicaram que a psicologia nas emergências estuda o comportamento das pessoas nos acidentes e desastres. O atendimento se desdobra desde uma ação preventiva, até o pós-trauma, com intervenções de compreensão, apoio e superação às vítimas e profissionais do SAMU ou Corpo de Bombeiros. Dessa forma, o objetivo da palestra foi abordar a interação entre os conceitos de catástrofes sociais, sociedade de risco e subjetividade, buscando contribuições possíveis da área da Psicologia à matéria. "Capacitar para

IV PSICOLOGIA NAS GERAIS

uma intervenção psico-social eficaz em situações de risco, de crise e emergência”, ressaltou Clerison.

Partindo da sua vivência dentro do SAMU, Vera introduziu sua exposição mostrando as interfaces psicológicas do atendimento em urgência e emergência, como a rotina, as condições de trabalho, o estresse, a questão do profissional diante da morte e o estado de alerta permanente em que esses profissionais vivem. Falou ainda sobre o sentimento de impotência e onipotência dos profissionais quando sabem da impossibilidade de um atendimento melhor e sentem grande “peso nos insucessos”. Soma-se a esse ambiente uma condição de trabalho com extensa carga horária (dupla jornada de trabalho), busca da perfeição e, frequentemente, baixos salários.

MORTE

Um tema delicado levou Vera a refletir sobre o currículo dos cursos superiores de psicologia. Para ela, a morte é ignorada na formação, induzindo a psicologia a lidar apenas com “mortes simbólicas”, tendo dificuldades em lidar com a “morte viva”. Vera considera que, atualmente, o ensino nas faculdades tem tido falta de sensibilidade e discussão teórica sobre a morte e outros temas. A Psicologia estaria desconsiderando a tanatologia, ciência que se prende a esse tema e que poderia colaborar. “É necessário que tenhamos conhecimento técnicos com competência, assim como ênfase nos procedimentos corretos, vida e cor-

po como um amontoado de sistemas”, pontuou.

TRAUMA

O psicólogo Clerison inseriu no debate o tema “angústia pública e o dramático cotidiano do trauma”. O profissional do Hospital das Clínicas da UFMG disse que o assunto “trauma” vem adquirindo novos significados considerando, principalmente, acontecimentos sociais recentes, catástrofes, desastres, ou mesmo as situações-limite vividas pelas pessoas no cotidiano. Clerison explicou que, entre os anos de 1950 e 1970, apareceram as primeiras publicações científicas a respeito dos efeitos psicológicos pós trauma. A partir daí, iniciou-se a mudança do paradigma de “resposta imediata a desastres” para “gerenciamento de riscos”.

“Todo o trabalho com urgências e emergências é um saber de infinitas implicações, exatamente por ser um assunto localizado nos limites entre a vida e a morte. A vulnerabilidade humana diante da natureza e das próprias ações humanas coloca este tema no centro das contradições da contemporaneidade. O imprevisível incomoda, desequilibra e silencia a onipotência de todos nós”, disse. Para ele, no entanto, viver uma situação-limite pode fragilizar ou, também, pode ser um momento para o fortalecimento. “Fazer ver a vida com outros olhos, com outro corpo. Isso pode nos levar para a aquisição de valores até então desconhecidos no projeto de vida e, portanto, na construção diária da subjetividade”, explicou.

CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA

A psicologia das emergências é um tema de angústia pública, uma experiência que explode a capacidade de suportar um revés, traz a perda de sentido, desorganização corporal e paralisação da consciência temporal, podendo deixar marcas que influenciam a criatividade e a motivação para a vida. Os objetivos nos primeiros auxílios psicológicos são de aliviar as manifestações sintomáticas e o sofrimento, reduzindo os sentimentos de anormalidade e de enfermidade. Um dos objetivos é a familiarização com temas considerados complexos e, muitas vezes, distantes das discussões sobre trauma psicológico, sendo que o grande desafio é a compreensão da psicologia das emergências e como colocá-la em prática.

“A intervenção é o apoio psicológico individual, que pode ser oferecido in loco durante um evento de crise ou em qualquer momento após o evento. Seu objetivo é a estabilização da situação, reconhecimento da crise, facilitação do entendimento, encorajamento, recuperação do funcionamento independente ou encaminhamento para a continuação do atendimento”, resumiu Clerison. O psicólogo ressaltou que, segundo algumas previsões científicas, os desastres ambientais serão maiores e piores no futuro humano, como consequência das rápidas mudanças sociais, de industrialização e urbanização que acompanham os novos desenvolvimentos tecnológicos.

Em Pouso Alegre, psicólogos debatem atuação junto ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Encontro na Região Sul ajudou a esclarecer os principais desafios da Psicologia neste modelo de atendimento à população vulnerável; evento também trouxe o debate acerca da comunicação no país

Violência e exploração da infância, abandono familiar, abuso sexual, pobreza, preconceito e outras formas de desestruturação social acontecem, atualmente, em todas as regiões de Minas Gerais, nos maiores e menores municípios, e também na zona rural. Em Pouso Alegre, um dos pólos do sul do estado, essas questões foram compartilhadas pelos psicólogos e psicólogas da região que participaram do IV Psicologia nas Gerais, promovido pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP-MG) dia 22 de agosto, no Colégio São José. Para levantar o tema, a psicóloga Adriana Reis, da Secretaria Municipal de Assistência Social da cidade de Betim trouxe suas experiências junto ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A atuação da Psicologia nesse campo ultrapassa o aspecto clínico. O psicólogo que atua junto ao SUAS deve estar pronto para ouvir mas, ao mesmo tempo, precisa trazer outros conhecimentos da Psicologia Social, do trabalho com idosos, com mães e de outras abordagens participativas. “Temos um desafio dentro da assistência social, que é levar o indivíduo a uma reflexão crítica da sua história. Temos que

contribuir para que aquelas pessoas não sintam que estão, simplesmente, participando de reuniões para conversar de alguma coisa. Nossa função é tornar esse processo mais participativo”, enfatizou a psicóloga.

CRAS E CREAS

A estrutura que está sendo construída pelo SUAS conta, atualmente, com duas instâncias principais, o CRAS e o CREAS, com unidades espalhadas por todo território nacional. O CRAS atende à chamada proteção básica da assistência social, ou seja, famílias em situação de pobreza, sem acesso aos serviços públicos básicos como saúde e educação ou em situações gerais de risco. O CREAS, por sua vez, atua nos serviços de proteção especializada a vítimas de violência, exploração, abuso sexual ou indivíduos cumprindo pena criminal em regime de liberdade assistida.

O objetivo do sistema é adequar a sua estrutura a cada localidade, de acordo com suas características, população e com o tipo de proteção social mais necessária aos indivíduos.

POLÍTICA PÚBLICA EM CONSTRUÇÃO

Apesar das iniciativas do SUAS para a promoção do direito à seguridade social, a rede de assistência a essa população ainda não é tão sólida e não atinge a todas localidades com a mesma eficiência. Este foi um ponto levantado por grande parte dos psicólogos e psicólogas presentes no encontro em Pouso Alegre. A palestrante enfatizou a necessidade de outras iniciativas em outras instâncias, além do governo federal, nesse processo.

“Cidades como esta, Pouso Alegre, que é considerada uma cidade pólo, deveriam ter ações regionais de pólo nas questões da assistência social. Deveriam haver, também, consórcios locais entre os municípios para lidar com questões como a dos moradores de rua ou da criminalidade, que às vezes são menores do que aquelas dos grandes centros. Isso poderia ser tratado conjuntamente, dividindo resultados e estratégias”, defendeu Adriana. Segundo ela, em Minas Gerais também há a necessidade de que o governo do estado se envolva mais com esse tipo de iniciativa em cada região.